

novo pacto verde

Relatório participação local Novo Pacto Verde - Área Metropolitana de Lisboa



novo pacto verde

Participe na decisão dos investimentos ambientais na Área Metropolitana de Lisboa

Participação online ou presencial para cidadãos, ONGs, empresas e Municípios para criação do Plano Nacional de investimento ecologicamente responsável a médio-longo prazo:

Sessão presencial-9.30h-17.30h
5 Fevereiro 2024
Sala de Exposições nos Paços do Concelho
Praça do Município,Lisboa



Inscrição gratuita e obrigatória em:
www.novopactoverde.pt

Iniciativa de:  Em parceria com: 

I.Introdução	4
II.Reporte de comunicação externa	5
1.Missão 1 - Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa	5
Futuro	5
Presente	6
Passado	7
Propostas de prioridades regionais	8
Propostas de projetos a desenvolver	9
2.Missão 2 - Qualidade de vida com a Natureza	10
Futuro	10
Presente	11
Passado	11
Propostas de prioridades regionais	12
Propostas de projetos a desenvolver	13
3.Missão 3 - Pacto para a água	14
Futuro	14
Passado	15
Propostas de prioridades regionais	16
4.Missão 4 - Mobilidade coletiva, ativa e partilhada acessível a todas as pessoas	18
Futuro	18
Presente	19
Passado	21
Propostas de prioridades regionais	21
Propostas de projetos a desenvolver	22
5.Missão 5 - Energia Verde para todos	24
Futuro	24
Presente	24
Passado	24
Propostas de prioridades regionais	25
Propostas de projetos a desenvolver	25
6.Missão 6 - Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas	25
Futuro	25
Presente	26
Passado	27
Propostas de prioridades regionais	27
Propostas de projetos a desenvolver	28
ANEXO - Análise do estado ambiental atual da Área Metropolitana de Lisboa	30

Relatório elaborado por: Marta Brazão, Inês Cunha

I. Introdução

O presente relatório reporta o resultado do processo de participação pública junto da Área Metropolitana de Lisboa por via da realização de sessão pública presencial que decorreu a 05/02/2024, bem como via online.

Durante o desenho e implementação deste processo, e, através a adoção de uma metodologia mista que adapta as ferramentas da análise SWOT e Triângulo dos Futuros, procurou-se obter a identificação das visões desejadas de ação climática na região, bem como os seus obstáculos e decisões anteriores que possam criar algum tipo de condicionamento na implementação do Novo Pacto Verde. Por fim, foram identificadas prioridades específicas para cada missão e propostas de projetos a serem financiados no âmbito do futuro Novo Pacto Verde.

A sessão presencial contou com a participação de 45 participantes. No que concerne à participação pública via online, foram recolhidas 11 participações.



II. Reporte de comunicação externa

1. Convites enviados a potenciais participantes: 112
2. Media contactados para a sessão:
3. Comunicados de imprensa divulgados:
 - a) https://www.uacs.pt/conteudo/noticias/pacto_verde
 - b) <https://www.lisboa.pt/agenda/municipio/novo-pacto-verde-em-lisboa>

1. Missão 1 - Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM? Como deseja que seja em 2030?

1. Em 2030 a Educação e Cidadania deve estar em linha com as problemáticas ambientais, tornando os problemas de hoje em soluções do amanhã, que a literacia ambiental chegue à população em geral, com a criação de novos estilos de vida mais saudáveis, promovendo o contacto com a natureza e biodiversidade, fora das salas de aulas
2. Que o sistema educativo volte a ser eficaz como elevador social e contribua para a formação de cidadãos com interesse e respeito pela ciência, com consciência do seu papel na sociedade e conhecimento sobre os mecanismos de participação ao seu dispor
3. Que a sensibilização para cuidar do bem comum, nas vertentes da limpeza urbana, da proteção dos recursos naturais e do respeito pelas espécies seja parte integrante dos programas pedagógicos nas várias etapas do ensino académico e profissional
4. Implementação de projetos de inovação e sustentabilidade ambiental;
5. Envolvimento dos jovens nas questões práticas da vida respeitando os valores da biodiversidade
6. Todos os alunos fazem separação de bio resíduos e os professores são capacitados para tal
7. Privilegiar as ações de educação ambiental em espaços ao ar livre com atividades de carácter intergeracional
8. Alargar a missão à educação não formal por ter um maior impacto na apropriação do conhecimento
9. Crescimento do número de associações cívicas e do número de associados
10. Aumentar o número de visitas de estudo e reduzir o número de horas em sala de aula
11. Multa que leva o poluidor a pagar pelas suas ações
12. Mudar o paradigma das Instituições para deixarem de ter uma postura condescendente e paternalista relativamente aos jovens e crianças
13. Educação com maior foco nas relações interpessoais e com a Natureza
14. Apostar na co construção dos programas de educação com e para os jovens a nível do município
15. Todas as escolas têm hortas orgânicas e aulas de culinária saudável
16. Em 2030, os cidadãos são capacitados, envolvidos e fiscalizados e nas escolas há maior capacitação e sensibilização contínua, assim como através dos meios de comunicação e das Instituições
17. Todos os alunos aprendem a produzir alimentos saudáveis, vão ao campo e aprendem a reconhecer espécies da fauna e flora

18. Educação para a sustentabilidade e capacitação para desafios complexos no ensino obrigatório
19. Aposta na participação pública genuína e consequente
20. Alinhamento com as missões europeias (objetivos e metas)
21. Incentivos fiscais para boas práticas
22. Transformar a juventude para que tenham menos ecrãs/jogos e sejam mais felizes nas suas ações. Fazê-los acreditar em causas
23. Alunos nos ensinos primário e básico aprendem com/ em contacto com a Natureza
24. Comunidades informadas, capacitadas e ativas
25. Envolvimento dos cidadãos nas decisões sobre as suas comunidades: gestão democrática através deste envolvimento dos atores
26. No futuro, as pessoas estão informadas dos seus direitos relativamente a um ambiente estável para que possam exigir do Estado políticas e ações efetivas;
27. Maior aposta na literacia para a democracia - conselhos ou assembleias de cidadãos regulares, aumento da intervenção cívica
28. Institucionalização dos conselhos deliberativos no governo local
29. ONU é o governo dos humanos
30. Ter uma participação ativa e consciente dos cidadãos na correta separação de resíduos de modo a permitir ao Município a sua valorização e possível uso para gerar energia ou novos recursos
31. Campanha de comunicação global e contínua envolvendo diferentes causas;
32. Cursos técnicos de profissões base como eletricitas, pedreiro/a e canalizador/a
33. Começar a encarar a Democracia Direta como um objetivo

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. A educação para o consumo pode ser mais eficaz do que a educação para o ambiente, para compreender os ciclos de vida dos produtos e associá-los à saúde individual e à saúde dos outros e do ambiente
2. A existência de atividades extracurriculares nos agrupamentos de ensino e a formação de associações civis para a proteção e prevenção ambiental nos vários concelhos
3. negativa: desafetação de áreas agrícolas e naturais para outros usos
4. positivo: criação de espaços naturalizados
5. Relevante a estratégia de educação e sensibilização ambiental, por exemplo município de Sintra
6. Existe abertura dos jovens, mas os currículos continuam escolásticos e desligados da vida e da realidade
7. Mudança de paradigma não está a acontecer: é preciso mais foco no social/coletivo e mais serviço público
8. Falta de mecanismos fixos de participação pública a nível municipal;
9. Dar mais voz às associações e movimentos de cidadania
10. Perda da consciência relativamente à importância da realização da reciclagem e correta separação de resíduos principalmente na idade adulta
11. Estudos apontam para a vantagem da utilização da Educação Não Formal (ENF) na capacitação dos cidadãos. Cuidado com a opção pelo digital;
12. Há cada vez mais informação disponível e soluções para facilitar o dia-a-dia;
13. Ativismo jovem na área do clima
14. Trabalhar contra a Natureza

15. Eco-ansiedade e aumento do sentimento de impotência, predominante nos mais jovens
16. Redução da importância e dependência dos apoios financeiros
17. Falta apostar na educação e na cultura para os cidadãos tomarem melhores decisões
18. Está a ser percorrido um caminho na área da Educação Ambiental através dos Municípios e através da disciplina de Cidadania nas Escolas
19. Papel das Freguesias tem sido desrespeitado
20. Cidadãos do futuro estão interessados em aprender mais, nomeadamente em temáticas da transição verde, sustentabilidade, social e justiça
21. População (3ª idade) desinteressada com a temática da transição verde
22. Atenção às atividades de educação ambiental focadas apenas na mudança dos comportamentos individuais: deve haver capacitação em pensamento crítico e sistémico
23. Há cada vez mais informação disponível e soluções para facilitar o dia-a-dia
24. Inexistência de ensino vocacionado para a Educação Ambiental
25. Falta de cultura científica
26. A justiça não é para todos e não é justa
27. Abordagem escassa sobre tópicos de intermodalidade e cidades de 15 minutos
28. Desconexão com o meio natural
29. Instituições fechadas em si mesmas com pouca abertura à participação pública
30. Dependência do telemóvel e do computador, especialmente nos jovens, provoca desconexão com o ambiente e o “deixa andar”
31. Ações em tribunal contra as administrações para que cumpram os compromissos climáticos e pela justiça climática
32. Desconfiança sobre os processos democráticos
33. Decisões centralizadas e ausência de processos participativos
34. Instituições instrumentalizadas por opções partidárias e cada vez menos técnicas
35. Projetos sem base de informação ambiental coerente
36. Reforço das organizações e de cooperativas
37. Cidadãos mais capacitados para a participação ativa

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Burocratização das escolas e dos processos de ensino
2. Postergar a integração obrigatória nos programas pedagógicos a educação cívica, com ênfase na educação financeira, ambiental, sustentabilidade, segurança e salubridade
3. A desvalorização da importância das atividades realizadas ao ar livre - adultos e crianças
4. Promoveu-se o valor da produtividade sem ter em conta a finitude dos recursos
5. A escola encheu os currículos de saberes escolásticos desapegados da vida;
6. Muitos anos de ditadura
7. Muita procura e pouca oferta
8. Desinvestimento em políticas verdes e justas
9. Falta de literacia do consumidor (ler rótulos e desconhecimento do impacto dos produtos)
10. Pouca informação sobre se o que estamos a consumir é sustentável
11. Abuso no uso dos sacos de plástico

12. Venda e privatização de setores estratégicos (falta de controlo)
13. Não inclusão efetiva dos jovens nos processos de decisão
14. Informação ao Direito a um ambiente estável é uma informação exclusiva aos académicos ou profissionais da área e não a toda a população
15. Falhas grandes na organização do poder local que não ouve os cidadãos
16. Desvalorização de carreiras/ percursos profissionais
17. Ausência de medidas de discriminação positiva para as comunidades locais;
18. Achar que os objetivos do milénio são só para países subdesenvolvidos
19. Falta de informação científica sobre questões relativas à exploração de lítio e carros elétricos
20. Falta de conhecimento e de planeamento
21. Permitir a partidocracia e im(p)unidades
22. Campanhas de sensibilização pontuais e informação que não chega às pessoas
23. Falta de consciência ambiental
24. Consumo desinformado e irresponsável

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Valorizar as horas dos recursos humanos das escolas que se aplicam em projetos de educação para a arte, para o desporto e para a cidadania
2. Os projetos de requalificação do espaço e edifícios escolares devem envolver a comunidade escolar com discussão sobre construção bioclimática e sustentável, eficiência energética e hídrica e sustentabilidade ecológica do espaço exterior
3. Projetos de "polos" de experimentação e reutilização de materiais, com input na bioeconomia e na sustentabilidade ambiental
4. Aumentar as atividades realizadas ao ar livre nas idades mais jovens;
5. Valorizar os espaços verdes da cidade de Lisboa
6. Melhorar os trabalhos de jardinagem da cidade
7. Envolver as escolas nas estratégias adotadas para solucionar os problemas;
8. Educação, capacitação e sensibilização para a sustentabilidade
9. Priorizar a consciencialização ambiental nas escolas, empresas e organizações
10. Promover ações de formação e capacitação sobre temas de interesse no âmbito da sustentabilidade
11. Voluntariado obrigatório para jovens (X horas por ano)
12. Criar bosques de proximidade comestíveis a partir de terrenos abandonados/baldios
13. Reforma do sistema de governança do Estado e das Autarquias com maior protagonismo dos cidadãos e das associações
14. Localizar e implementar os ODS
15. Dirigentes do serviço público escolhidos por concurso e não por substituição, nomeadamente na CML
16. População 100% educada e capacitada para esta temática, em especial a população mais idosa e mais jovem de forma a que seja mais fácil a implementação de medidas com a população sempre a favor
17. Apostar em campanhas de literacia pela democracia ao nível das Freguesias;
18. Dar ferramentas aos cidadãos para participarem mais apostando na educação e capacitação para que exerçam melhor cidadania ativa
19. Reforço da democracia local com conselhos e/ou assembleias de cidadãos, estimulando uma cidadania ativa, empenhada em fazer ouvir a sua voz nos processos decisórios

20. Delinear formas de envolvimento e participação dos cidadãos em diferentes escalões etários nas decisões e visão estratégica para a sua CIM;
21. Promover a circularidade de produtos
22. Obrigar os decisores públicos a um compromisso com a participação pública autêntica, incluindo o financiamento de programas de educação
23. Aumentar a disseminação da informação capacitando técnicos, voluntários e empresas, assim como alunos, idosos e população em geral
24. Melhores transposições de regulamentos e normas europeias

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Projetos de participação pública com inclusão das crianças
2. Projetos de voluntariados trabalhados pelas crianças
3. Projetos com temáticas ambientais
4. Projeto de continuidade para a realização de projetos e obras de manutenção e melhoramento das escolas com o envolvimento da comunidade escolar, com soluções com preocupações ambientais e de sustentabilidade
5. Aumentar as atividades ao ar livre
6. Desenvolver projetos na escola com associações de cidadãos ou técnicos ambientais que promovam as soluções para os problemas das regiões;
7. Obrigatoriedade dos relatórios voluntários locais e regionais (ODS)
8. Programas de capacitação pública para todos os públicos
9. Projetos de sensibilização/formação em rede para escolas, autarquias e outros stakeholders locais (associações, empresas, etc.)
10. Implementar regimes de intervenção de estudantes em assembleias municipais
11. Implementação de um programa ativo nas escolas, organizações, lares e instituições
12. Levar os órgãos governativos aos cidadãos, descentralizar e realizar assembleias em locais e horários que incentivem a participação
13. Criar plataforma informática/aplicação que permite intervir/agir para fazer queixas e promover participação pública
14. Integrar departamentos de ambiente em empresas e organizações
15. Canais de divulgação de medidas e matérias para incentivar a participação dos cidadãos
16. Multiplicar o programa “Bairros saudáveis” tomando a palavra saudáveis no sentido mais lato do tema
17. Projeto de proximidade à comunidade trazendo a literacia da cidadania ativa por Freguesia
18. Todos os alunos aprendem a andar de bicicleta e são criadas condições para irem para a escola de bicicleta
19. Manual de resistência rural (documento já existente e redigido pela Último Recurso e pela Zero) que inclui os direitos à defesa dos consumidores, das localidades, dos ecossistemas e da vida; aplica-se em sessões presenciais de apresentação e distribuição nas comunidades rurais da AML
20. Financiamento na implementação dos ODS a nível local: a sustentabilidade ambiental só faz sentido se houver sustentabilidade com as pessoas e prosperidade
21. Projeto de conselhos de cidadãos em todos os Municípios com capacidade deliberativa sobre projetos e obras públicas atribuindo mais poder vinculativo a participação dos cidadãos

22. Viabilização de formação gratuita no âmbito da educação ambiental nos Centros de Emprego, Centros Qualifica, Cheques formação, etc.
23. Implementação dos ODS a nível local: 5 Ps (planeta, pessoas, prosperidade, paz, parcerias)
24. Criar um sistema de cooperação presente em todas as escolas da AML e as bibliotecas da região para dar acesso direto aos alunos aos seus recursos dando a conhecer e fomentando hábitos de leitura e literacia
25. Envolver as Universidades de Lisboa no processo de desenvolvimento de um sistema mais inteligente no uso de recursos e serviços da cidade
26. Estabelecer uma quota de informação de serviço público em todos os órgãos de comunicação social generalistas
27. Projetos de educação ambiental móveis (ex: eco-carrinha que leva ações de educação ambiental às pessoas e locais do território)
28. Atribuir um número de horas anuais para participação comunitária que sejam justificação para falta laboral
29. Criar regulamentação/lei que obrigue a rotulagem de produtos que tenha o seu impacto ambiental (ex: emissões GEE) para incentivar compras informadas
30. Criar aulas obrigatórias nas escolas com dinâmicas mais práticas com os alunos de modo a compreenderem de forma ativa a separação de resíduos e as consequências de uma má separação (sugestão: fazer em parceria com as organizações)

2. Missão 2 - Qualidade de vida com a Natureza

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM? Como deseja que seja em 2030?

1. Melhor prevenção e limpeza da floresta, e vigilância efetiva da mesma (2)
2. Vigilância efetiva dos cursos de água e multas a sério para poluidores, que deveria incluir o término da atividade
3. Plantação de mais árvores autóctones.(4)
4. Reduzir drasticamente o uso de pesticidas e adubos químicos na agricultura.
5. Em 2030, espera-se que as espécies atualmente em vias de extinção deixem de estar
6. ação climática efetiva, garantido a resiliência
7. Melhor ordenamento territorial para existência de harmonia entre espaços verdes e biodiversos e humanos
8. Para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, deveria ser trabalhada de uma forma mais direcionada aos municípios, pois dentro do mesmo Distrito existem muitas disparidades (3)
9. Para que haja uma conservação tanto da natureza como da biodiversidade teria de em primeiro lugar realizar um levantamento do que existe. Esse conhecimento deveria ser transmitido à população em geral e trabalhado com as escolas no sentido de se conseguir avaliar os riscos a que estão expostos e dar uma resposta de valorização dos mesmos
10. Sensibilização da população urbana para uma maior dignidade e respeito pelas regiões rurais e pelas necessidades de desenvolvimento de quem nelas vive
11. Que os indicadores de biodiversidade na região não sejam piores do que os atuais.
12. Que todas as áreas com valores protegidos tenham gestão ativa e participada

13. Aproveitamento e boa gestão dos recursos hídricos, o respeito da flora e fauna autóctone pela produção agrícola
14. Que a agricultura transite para biológica deixando as monoculturas intensivas e engloba a pecuária em regime extensivo como fonte de adubação dos terrenos
15. Prevenção e fiscalização dos riscos ambientais
16. Concretização do modelo de desenvolvimento assente na valorização do território, contribuindo para a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade.
17. Equilíbrio entre preservação da natureza e o desenvolvimento económico
18. Em harmonia com o desenvolvimento socioeconómico
19. Banir o uso de glifosato

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Criação de espaços verdes
2. Maior envolvimento da comunidade nas temáticas ambientais; não utilização de fitofármacos na erradicação de ervas
3. Maior consciência ambiental
4. Existe já a perceção de necessidade de mudança (2)
5. Falta de políticas eficazes
6. Simplex da natureza põe em causa os recursos naturais
7. Total desrespeito pela flora e fauna locais
8. Poucos espaços dedicados à conservação e celebração da natureza
9. Excesso de espécies invasoras e destruição de habitats biodiversos
10. Melhorar a ponderação ambiental das infraestruturas e controlar a expansão da urbanização.
11. Melhorar a fiscalização dos ilícitos (obras, construção, poluição) e a penalização das infrações.
12. Falta de investimento e de apoio às soluções de proteção ambientais para as indústrias, quer do sector primário quer do sector secundário acompanhados de uma atuação firme da respetiva fiscalização
13. Falta ainda informação idónea. As autarquias ainda não têm formação, e quando têm não a divulgam para se ir mudando paradigmas, por exemplo, continuam a espalhar herbicidas pelos espaços verdes
14. De relevância, as parcerias de entidades para o desenvolvimento de programas ou projetos para proteger o património natural e a biodiversidade

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Agricultura em extensão, muito apoiada em pesticidas e adubos químicos
2. A utilização de sementes de variedades híbridas, difundidas nos anos 70, em detrimento das variedades autóctones
3. Agricultura e pecuária com uso intensivo de água
4. Introdução de espécies invasoras nos cursos de água e na floresta
5. Corte desenfreado de árvores em jardins públicos
6. Falta de uma rede verde / natural que ligue áreas intermunicipais, ou até áreas dentro do mesmo município muitas x interrompido por urbanização

7. Má gestão do espaço público, excesso de pavimentação que retira pequenos espaços verdes úteis para polinização e existência de insetos equilibradores de sistemas de natureza (3)
8. demasiada burocracia (4)
9. Os atores estão demasiado "incrustados" nos seus objetivos e os mecanismos de decisão não são verdadeiramente negociais e participados
10. O licenciamento inadequado de atividades industriais, não salvaguardando os riscos para fauna e flora
11. Atuação/fiscalização na aplicação de medidas de proteção, por exemplo na utilização fertilizantes e pesticidas
12. Implementação das medidas de reforço da transição para uma economia circular e sustentabilidade ambiental
13. Desorganização territorial (3)
14. Restrições exageradas à atividade agrícola, que conduzem à redução no investimento e ao abandono
15. No passado deu-se primazia à produtividade sem ter em conta a biodiversidade e finitude dos recursos
16. Todas as políticas públicas têm sido orientadas para favorecer os meios urbanos em detrimento das regiões mais rurais
17. Construção desenfreada (4)
18. Falta de fiscalização (3)

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Proteger a estrutura ecológica do território, para manter a conectividade (2)
2. Definir tetos de oferta turística (máximo de viagens aéreas / capacidade do(s) aeroporto(s) e máximos para capacidade de alojamento), para equilibrar a procura de território para infraestruturas e alojamento turístico com a proteção de valores ambientais e socioculturais
3. Estratégias para as zonas destinadas à construção
4. Estratégias, políticas e instrumentos de gestão que assegurem o abastecimento de água para consumo humano e o saneamento de águas residuais urbanas, a recolha de resíduos
5. Criação de corredores verdes; implementação de hortas urbanas, criação de espaços verdes
6. Impedir possibilidade de desafetar terreno RAN para habitação (2)
7. Restauro ecológico
8. Estratégia conservação biodiversidade na CIM
9. Promover a passagem dos grandes poluidores para a tecnologia elétrica/híbrida
10. Não destruir solos de elevado valor natural
11. Pagar aos agricultores para manter a biodiversidade
12. Preservação dos espaços existentes
13. Promover atividades lúdicas ao ar livre
14. Acabar com o uso de herbicidas pelas autarquias.
15. Promover seriamente a agricultura biológica. (2)
16. Mais fiscalização
17. Apostar na pecuária extensiva como fonte de matéria orgânica para este tipo de agricultura.
18. Aproveitar o lixo orgânico doméstico também para nutrir os terrenos

19. Explicitar e explicar nas escolas que um espaço verde deve contemplar a diversidade de plantas espontâneas que a natureza fez nascer
20. mapeamento produtores biológicos
21. Visitas a explorações agrícolas

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Criação de trilhos (PR) em zonas verdes do concelho
2. Integração de atividades com as escolas em espaços com natureza e biodiversidade; criação de laboratórios vivos
3. Criar rede metropolitana de espaços verdes (3)
4. Levantamento das áreas mais desfavorecidas em espaços verdes e sua requalificação
5. Formação ambiental de decisores públicos
6. Mapeamento dos serviços ecossistémicos locais
7. Criação de sistema de incentivo para plantação de autóctones
8. Projetos de agricultura de proximidade / resiliência alimentar (podem ajudar a consolidar a estrutura ecológica) como o projeto Foodlink e projetos da CM Palmela
9. Plataforma de informação ambiental acessível
10. Criação de hortas comunitárias
11. Combate espécies invasoras
12. Subsidiar mais a agricultura biológica com pecuária extensiva e de forma séria
13. Implementar a recolha de lixo orgânico doméstico para ser valorizado e aplicado em solo agrícola
14. Investimento em informação de base sobre a qualidade do solo e dos ecossistemas
15. Recuperação de habitats em áreas classificadas (2)
16. Investimento em continuidade em equipas de terreno para gestão ativa das áreas protegidas - na administração central e local
17. Apoio à implementação de projetos para: Gestão de resíduos e transição para uma economia circular
18. Corte de matéria verde nas bermas das estradas substituindo o veneno químico para matar ervas
19. Promover bancos de sementes de variedades adaptadas ao clima de cada região como por exemplo trigos antigos (milho de sequeiro, árvores de fruto antigas e bem adaptadas)
20. Levar para as escolas estas mensagens de vida práticas e de respeito pelos recursos.

3.Missão 3 - Pacto para a água

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM? Como deseja que seja em 2030?

1. Maior e melhor controlo operacional da rede com maior eficiência e segurança da água
2. Apostar na dessalinização e reutilização da água da chuva
3. Com o aumento do aquecimento global é preciso pensar na redução da evaporação de piscinas, bacias hidrográficas, etc.
4. Mudar legislação e obrigar todo o Município a implementar nos balneários e ginásios o reaproveitamento de água para lavar ruas, camiões do lixo, etc.
5. Obrigação legal de sistemas separativos (águas negras e águas cinzentas) e reutilização de águas nos regulamentos de urbanização e nos equipamentos;
6. Tarifários regulados nacionalmente
7. Adoção de soluções de base natural
8. Saneamento de águas residuais com nível de acessibilidade a 100%: saneamento coletivo para todos, sem deixar ninguém nem nenhum lugar para trás
9. Fim às fossas
10. Fim das descargas de águas residuais em meio hídrico sem tratamento
11. Obrigatório que os equipamentos de registo sejam calibrados e exista fiscalização
12. Sistema de abastecimento sem fibrocimento
13. Equidade no acesso à água: “água para todos!”
14. Comunidade consciente da importância da água: comportamentos responsáveis de utilização de água potável
15. Fiscalização dos usos não permitidos e/ou não licenciados;
16. Maior retenção da água de origem pluvial, mais ações para a sua realização a nível local
17. Abastecimento público com água de qualidade a 100% da população. Tratamento adequado de efluentes
18. Linhas de água visíveis como corredores verdes, equilibrados ecologicamente e fruídos como espaços de lazer e recreio pela população
19. Eficiência hídrica dos edifícios e atividades económicas - incluindo um consumo responsável
20. Renaturalização de linhas de água
21. Análise da localização e aptidão do terreno para a localização de atividades muito exigentes em água
22. Redes de água com menos perdas, também através da escolha inteligente dos materiais das redes (obrigatório)
23. Reaproveitamento de águas residuais para a higiene urbana com criação de redes de distribuição dedicadas
24. Medidas para uma melhor gestão da água: mais abrangentes, mais articuladas, mais inovadoras
25. Contenção dos perímetros urbanos
26. Utilização de água residual tratada
27. A despoluição e limpeza das linhas de água e aproveitamento para a produção alimentar
28. Perdas nos sistemas inferiores a 1%
29. Disponibilidades regionais e nacionais quantificadas e monitorizadas: exigir sistema de gestão de água em alta e em baixa;
30. Até 2023, Atingir pelo menos 40% de utilização de água residual tratada para fins não potáveis
31. Equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos hídricos e a actividade económica do país
32. É desejável plantar floresta autóctone em força para captar água

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Obrigatoriedade de reduzir perdas, reaproveitar e “recircular”
2. Reutilização da água ApR
3. Relacionamento entre eficiência da rede com eficiência energética
4. Preocupação ocasional com a seca
5. Rede de abastecimento em baixa envelhecidas
6. Necessária a gestão dos plásticos no mar/oceano transformando a sensibilidade presente em ações
7. Utilização de tubagens em materiais plásticos
8. Uso de água potável para fins não potáveis (agricultura, lavagem, combate a incêndios)
9. Aumento de furos de captação de águas
10. Valorização do recurso água
11. Desinvestimento no sector, nomeadamente na renovação de condutas
12. Modelo para a água como a DGEG tem para a energia no SGCIE
13. Utilizar “Nature Based Systems” para promover infiltração
14. Tarifários desadequados que não refletem o custo do serviço
15. Maior consciência sobre a importância de soluções de base natural (ex: bacias de retenção)
16. Melhoria da eficiência da utilização e reutilização
17. As medidas estão a ser tomadas com muito atraso
18. A preocupação é circunstancial e pode facilmente cair no esquecimento
19. Estudos de viabilidade do consumo de água subterrânea (uso abusivo)
20. Trabalhar de forma crítica e construtiva em relação ao aumento da aquacultura (vazios/ investimentos)
21. Projetos de reutilização de água residual tratada muito burocráticos
22. A fatura da água e a dos resíduos é uma só - esta desagregação é importante assim como o aumento das taxas de consumo, principalmente a dos escalões mais abusivos
23. É positiva a existência de bons níveis de abastecimento público e níveis crescentes de tratamento
24. É negativa a percepção de que a água não é escassa (basta abrir a torneira e temos água) e a percepção que os problemas de poluição estão resolvidos, porque não estão
25. Aplicação de planos em curso para a prevenção das zonas de inundação e aproveitamento da água para as atividades industriais
26. Projetos de investimento e recuperação de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento
27. Falta de sensibilidade para a necessidade de racionalização dos recursos hídricos

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Redes de abastecimento público e saneamento ineficientes
2. Pensar que a água é infinita/ fraca valorização do recurso
3. Excesso de uso de asfalto nas ruas que reduz a infiltração/permeabilidade
4. Demasiada burocracia para a utilização de águas residuais tratadas

5. Uso de materiais nas redes de pouquíssima qualidade que leva a maior número de fugas de água
6. Ausência de um “pacto do rio” da bacia hidrográfica do Tejo que envolva os aspectos económicos, culturais, ambientais e turismo
7. Falta de um planeamento integrado e de visão a longo prazo
8. Falta de investimento no conhecimento do recurso hídrico subterrâneo
9. O licenciamento desadequado de atividades industriais junto às linhas de água
10. Desinvestimento no sector
11. Falta de investimento em manutenção de infraestruturas (redes)
12. ferramentas e instrumentos para o controlo, proteção e valorização dos recursos hídricos
13. Ocupação do litoral e dos corredores ribeirinhos e de poluição - e muita impunidade com situações ilegítimas - que levam a um não reconhecimento da água e dos sistemas hídricos como um bem comum a preservar
14. Falta de recurso para inovação tecnológica e desenvolvimento de novas
15. Inexistência de fiscalização na abertura de novos furos para captação da água
16. No passado desprezou se completamente o potencial das árvores para a captação de água para o solo e proteção do clima
17. Planeamento em função de ciclos políticos (curtos)

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Aumentar a eficiência na utilização e reaproveitamento da água
2. Recuperação de linhas de água
3. Regulação de tarifários: preços da água em alta igual para todos (um tarifário que reflete o real custo do serviço)
4. Política de remoção de condutas em fibrocimento
5. Gestão integrada do aquífero Tejo-Sado
6. O Projeto Tejo e a ligação entre as bacias hidrográficas do Norte e do Sul
7. Reabilitação de redes com mais de 50 anos e/ou ineficientes
8. Valorização do serviço do ecossistema e maior valorização da água como parte do mesmo
9. Armazenamento de água e melhor gestão dos recursos hídricos
10. Possibilidade de rega em harmonia com a conservação da natureza
11. Reutilização da água: simplificação e promoção de ações
12. Diminuição de perdas na rede
13. Rede de monitorização atualizada e eficaz
14. Mudar o nome para “Pacto verde e azul” para aumentar a visibilidade dos temas da água e da importância do mar em Portugal
15. Aumentar a fiscalização de usos indevidos e de potenciais focos de poluição (ex: retoma da figura “guarda-rios”)
16. Sensibilização da população para a diferença entre: o custo, o preço e o valor da água
17. Agir local e planear a nível regional para articular ações e financiamentos
18. Maior investimento na área da cultura (arte, livros infantis, desportos, teatro, cinema) para aumentar a sensibilidade dos cidadãos e empresas sobre a escassez de água e o problema do oceano
19. Acrescentar financiamentos para Municípios que tomam medidas inovadoras (ex: nos regulamentos de construção) e não só para quem tem muitas perdas ou contadores
20. Organizar processos participativos temáticos sobre questões hidrográficas e dos oceanos

21. Redução da artificialização / impermeabilização
22. Cortar perdas nos sistemas de abastecimento
23. Aumento de fiscalização dos usos da água e do domínio hídrico
24. Aproveitamento e reutilização da água, garantindo o suporte de ecossistemas.
Projetos de dessalinização
25. Aumentar a fiscalização para abertura de furos
26. Aumentar a carga fiscal para os própria de piscinas privadas

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Usar águas residuais como recurso para produção de biocombustíveis
2. Gestão integrada da água nomeadamente entre os diferentes usos
3. Renovação das redes de saneamento e abastecimento
4. Reforço do controlo das redes
5. Tarifas diferenciadas
6. Financiamento para investimento em telegestão e telemetria
7. Continuação e ampliação da rede Clima.AML
8. Reaproveitamento das águas cinzentas
9. Incentivos financeiros dos Municípios para a utilização da água da chuva nas residências
10. Financiamentos para estudos de viabilidade para a reutilização das águas das ETARS (construção de rede) e para a dessalinização
11. Renaturalização de linhas de água (incluindo limpeza) e aproximação da população
12. Investimento na redução de perdas e renovação de redes
13. Planos de investimento a longo prazo
14. Regulamentação eficaz na captação de água subterrânea
15. Reutilização de água das piscinas municipais
16. Implementação de sistemas de reutilização de águas pluviais em edifícios
17. Apoios a tecnologias que fomentem a circularidade do recurso água: ApR, etc.
18. Dar continuidade aos projetos estratégicos metropolitanos elaborados na sequência do PMAAC-AML
19. Mudança de legislação para aproveitar água de banhos, etc
20. Charcas temporárias (aumenta a resiliência nas secas e apoia o aumento da biodiversidade)
21. Recuperação de antigas captações para água de uso não potável
22. Investir em soluções locais de armazenamento e infiltração
23. Investir em inovação
24. Aumentar o investimento em prémios, bolsas (etc) para produtos culturais e educativos (jogos, arte, vídeo) para sensibilizar sobre o tema da água
25. Plano de investimento na recuperação e modernização da rede de condutas com mais de 50 anos
26. Criação de mini barragens para aproveitamento de água para a agricultura
27. Utilização de água das ETARs para utilização na rega
28. Criação de laboratórios vivos, onde se possa ter mais conhecimento sobre o meio aquático (biodiversidade existente), laboratórios para se conhecer as propriedades das águas; recolhas de amostras de água em ribeiras, rios para análise nas escolas ou laboratórios
29. Investimento na redução de perdas nas redes de distribuição de água
30. Aumento dos níveis de tratamento nas ETAR existentes

31. Utilização de água não potável para fins compatíveis
32. Caracterização e monitorização dos recursos hídricos subterrâneos
33. Renaturalização dos sistemas ribeirinhos e costeiros
34. Investimentos de construção de ETARs para reutilização segura e sustentável da água; construção centrais de dessalinização

4. Missão 4 - Mobilidade coletiva, ativa e partilhada acessível a todas as pessoas

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM? Como deseja que seja em 2030?

1. Mobilidade integrada, intermodal, tanto na urbana como na interurbana
2. Valorizar os bairros e localidades criando comunidade e abrindo o espaço a todas
3. Uso a larga escala dos veículos de mobilidade de uso pessoal
4. Que todos os transportes públicos sejam movidos com energia renovável e de acesso gratuito a todas as pessoas
5. Mobilidade Integrada: às soluções coletivas e partilhadas geram uma oferta cómoda, eficaz e sustentável
6. Criar oferta nacional de transporte público que seja uma alternativa competitiva com o automóvel
7. Padrão de serviço definido antes da construção das infraestruturas
8. Dar poder aos cidadãos para organizar a mobilidade
9. Predominância do uso do transporte público e modos suaves nas deslocações diárias
10. Mobilidade segura para todos
11. Mobilidade saudável e social
12. Experiência de mobilidade que acrescenta algo à nossa vida
13. Há oferta de 1 Mix de soluções de mobilidade (transportes públicos, ciclovias, passeios confortáveis; soluções de partilha de bicicletas e trotinetes, veículos descarbonizados) que permitem satisfazer requisitos de rapidez e cumprimento de horários
14. Transporte coletivo, flexível (a pedido) pelo direito à mobilidade
15. Uma rede variada, a custo controlado e com diversidade horária e de percursos
16. Desincentivar o acesso dos carros particulares ao centro das cidades (face às alternativas)
17. Mobilidade na AML garante a utilização intermodal, com parques de estacionamento à entrada das cidades
18. Mais vias partilhadas, tanto rodoviárias (carros/pesados/bicicletas) como pedonal/bicicleta
19. Ter uma rede de transportes eficiente, abrangente e fiável que permita a substituição das deslocações de transporte individual a larga escala
20. Expandir a rede de ciclovias, aproveitando declives pouco acentuados
21. Alargar rede de bicicletas partilhadas
22. Transporte ferroviário abrangente a todo o país
23. Utilizar os recursos financeiros da EMEL e das multas para melhorar a mobilidade urbana
24. Car sharing e mais transportes públicos
25. Mais transporte público e mais acessível
26. População mais informada sobre o car sharing
27. Interligação de meios de transporte entre territórios, mais dinâmico e acessíveis

28. Interoperabilidade ferroviária: ligação Cascais/Sintra e Loures; Chelas/Barreiro
29. Transporte público 24h/Dia e a provocar procura
30. Uma solução para o transporte público de e para as escolas que liberte a cidade dos carros particulares que entopem certas zonas
31. Maior número de transportes públicos, acessíveis e menos poluentes
32. Desenvolver a micrologística urbana (microbus + restrições de acesso)
33. Partilha de transporte através de centros de mobilidade sustentável nos bairros
34. Autocarros autónomos e inteligentes para pequenos percursos (entre aldeia e vila)
35. Criação de via reservada a autocarros (via bus)
36. Criar e melhorar zonas de estacionamento nas zonas da periferia e melhorar transportes públicos
37. Transporte público gratuito
38. Mudança do paradigma elétrico (do carro privado para partilhado)
39. Criação de “super blocos”: quarteirões com passadeiras visíveis, seguras, com espaços verdes e vias diferenciadas)
40. Menos dependência de carro para mobilidade pendulares casa/trabalho
41. Mais meios disponíveis para prática de mobilidade suave, bicicletas, trotinetas
42. Mobilidade ativa deve ser vista como um complemento ao transporte público tradicional e não um substituto
43. Transportes mais interligados
44. Maior eficiência de um verdadeiro sistema de transportes coletivos e menor utilização de veículos privados
45. Redes de transportes públicos, com combustíveis verdes, entre aldeias e lugares adequadas à mobilidade da população sénior e em idade escolar

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Não estamos a incluir a pegada de produção dos veículos nas contas da mobilidade
2. Gerir melhor a localização de estacionamento para as bicicletas (considerar densidade populacional)
3. Inexistência de ciclovias
4. Respeito pela bicicleta prioridade ao peão
5. Serviço de transporte público com insuficiente garantia de cumprimento de requisitos de qualidade
6. O cidadão no centro da organização da cidade (urbanismo humano e não em função do carro)
7. IMT: não legalizar homologação, conversão elétrica
8. Aumento das opções de mobilidade suave na cidade
9. Alguns meios de transportes coletivos “amigos do ambiente”
10. Expansão da linha do metro
11. Autorizar o transporte de bicicletas nos transportes públicos (autocarros)
12. Ninguém ou quase ninguém anda de transportes públicos, por falta de carreiras, ou carreiras muito escassas e por vezes, caras
13. Retrocesso no acesso aos horários dos transportes públicos
14. Necessário monitorização e regulação da micromobilidade partilhada focada na qualidade da oferta e respeito de todos os usos
15. Mobilidade escolar: criação de rotinas e capacitação para o uso de modos ativos e suaves

16. Desinvestimento nas GIRA sendo um sistema que era funcional e neste momento encontra-se degradado e com pouca resposta para o número de utilizadores
17. Fraco investimento em redes de transporte acessíveis e sustentáveis
18. Preparação do espaço público para acolher a mobilidade ativa: espaço para ciclovias, passeios confortáveis e com sombra. Pode implicar alterações ao trânsito
19. Garantir largura mínima dos passeios (muitos não cumprem normas legais)
20. Falta de acessibilidade para mobilidade reduzida
21. Falta de formação de partilha do espaço público
22. Choque de hábitos e de estilo de vida entre gerações
23. Positivo: anúncio público de aposta no transporte ferroviário
24. Transportes públicos caros e de má qualidade
25. Inexistência de uma rede de vias exclusivas para os transportes públicos
26. Acesso restrito a zonas mais centrais
27. Circulação de veículos poluentes
28. Tarifas altas
29. Pessoas individualistas, cada um no seu carro
30. Jovens menos dependentes do transporte individual
31. Teletrabalho reduz necessidades de movimentos pendulares
32. Estamos a apostar no abate de veículos e produção de novos, em vez de converter os existentes
33. Pouca interligação das linhas de metro de Lisboa e a criação circular torna o troço Odivelas-Telheiras muito isolado, quando as deslocações dessa zona são dirigidas maioritariamente ao centro da AML
34. Considerar conceito de intermodalidade
35. Maior diversidade de transportes coletivos
36. Ainda pouca oferta de transportes públicos eficazes
37. Parquímetros como solução complementar e não como insustentabilidade social
38. Meios de transporte ainda a combustíveis fósseis
39. Reforçar o investimento em transporte coletivo e uma política de subsidiação para passes gratuitos ou de baixo preço para as famílias.
40. Continuação do uso de viatura particular como símbolo de sucesso social, e a continuação de adoção de soluções de urbanização com base no automóvel privado
41. Proceder com o atual desenho da linha vermelha, sem interface em Campolide e Alvito
42. Adiamento do investimento na terceira via ferroviária e na extensão do Metro Sul do Tejo
43. Terceira e última fase da Zona de Emissões Reduzidas (ZER) em Lisboa sem resultados positivos (utilização de normas de emissões obsoletas e desatualizadas)

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Substituição: entregamos o transporte público aos privados
2. O não investimento em soluções coletivas, falta de visão a longo prazo
3. Construimos vias rodoviárias redundantes e deixamos encerrar a ferrovia
4. Formatámos as nossas cidades em função do automóvel

5. Urbanismo descontrolado com construção em áreas proibidas
6. Aumento das distâncias entre habitação e local de trabalho conduziu à dependência do transporte individual
7. Cidades construídas sem planear a acessibilidade ciclável e pedonal
8. Modelo de mobilidade e desenho urbano assente no veículo particular
9. Má qualidade dos transportes públicos (frequência, tamanho, rotas)
10. Falta de planeamento e de visão de futuro
11. Criação de troços de ciclovias isoladas e com poucas interligações e acessibilidade
12. Ciclovias pouco inclusivas e perigosas
13. Primazia nos combustíveis fósseis e no automóvel
14. Falta de investimento nos transportes públicos e falta de informação sobre car sharing
15. Passe dos transportes caros
16. Percursos longos com escassas carreiras
17. Horários que não são compatíveis com todos
18. Falta de conhecimento sobre as emissões dos GEE dos automóveis e por isso foco na comodidade e toda a gente anda de automóvel individual
19. Planeamento do território baseado no uso de transporte individual
20. A falta de sensibilização para o uso de transportes públicos, o aumento do custo da aquisição dos bilhetes e os horários desadequados, por parte do serviço privado ou público-privado das operadoras
21. A criação de áreas empresariais de concentração de emprego segregadas das áreas residenciais e sem suporte em transporte coletivo pesado.
22. Fraco investimento na mobilidade sustentável

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Desenho de políticas, serviços e infraestruturas centrados no utilizador
2. Necessário acelerar a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) para a cidade de Lisboa
3. Investir nas infraestruturas de mobilidade suave e ciclovias
4. Boas práticas de desenho de infraestruturas pedonais e cicláveis em segurança e com conforto
5. Priorizar planeamento na implementação de uma mobilidade segura
6. Priorizar deslocações sustentáveis, limitando o uso do automóvel particular
7. Alargamento das áreas com restrições à circulação de transporte individual
8. Parques de estacionamento gratuitos perto dos acessos ao transporte público (comboio/metro, autocarro/comboio, etc.).
9. Transporte público e partilhado como real alternativa ao individual
10. Obras de implementação ou planeamento do espaço público para a mobilidade sustentável
11. Planeamento do espaço público para acolher mix de mobilidade sustentável com redução de conflitos
12. Todos os alunos do 1º ciclo aprendem a andar de bicicleta
13. Percursos cicláveis seguros e organizados até às escolas
14. Restringir acesso do automóvel e expandir áreas de recreio
15. Regular e fiscalizar o uso de trotinetes/bicicletas de modo a devolver os passeios aos peões
16. Criação de coworks em todas as freguesias
17. Transporte adaptado à mobilidade reduzida
18. Facilitar Apps (carris metropolitana) para incentivar uso

19. Diversificação dos meios de transporte e alargar/reactivar linha férrea
20. Aumentar a oferta de autocarros regionais e municipais para diminuir tempos de espera
21. Continuar a fortalecer os transportes públicos, mas insistir mais na qualidade do serviço e sua adequação às necessidades de mobilidade
22. Internalizar os custos externos do uso do automóvel em meio urbano
23. Educação ambiental sobre a mobilidade
24. Mobilidade Escolar: promoção e capacitação para a mobilidade ativa/suave
25. Promover a partilha de viagens (carpooling) para o trabalho na last mile
26. Melhoramento das infraestruturas ciclável e pedonal
27. Melhoria na qualidade da infraestrutura rodoviária, permitindo a partilha segura entre o carro e a bicicleta
28. Acessibilidade pedonal e em transporte coletivo para todos
29. Priorizar pedonalização e deslocação segundo transportes suaves
30. Ampliação da rede de transportes públicos coletivos criando corredores de circulação com diversas interligações
31. Sensibilizar e formar os condutores para o novo modelo de vias partilhadas
32. Campanha de sensibilização para mobilidade sustentável
33. Campanha de sensibilização para uso adequado de bicicletas e trotinetes
34. Bilhética totalmente intermodal
35. Reforçar a Autoridade Metropolitana de Transportes
36. Definir prioridades e padrões de serviços dos diversos transportes públicos
37. Desenvolver modos suaves em complemento aos transportes públicos
38. Obrigar/Responsabilizar as empresas de entregas/estafetas a promover formações aos seus condutores (sobretudo de bicicletas)
39. Maior utilização de meios de transporte coletivos, ou de mobilidade suave (bicicletas, trotinetas, circuito pedonais com sombreamento)
40. Melhorar o ajustamento da oferta de autocarros com a procura nas zonas interiores dos concelhos de Oeiras e Cascais
41. Passagem dos grandes poluidores para tecnologia elétrica/ híbrida- camiões, autocarros e paquetes

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Aumentar a rede de transportes públicos e aumentar a frequência
2. Apoios melhores para incentivarmos a aquisição de veículos elétricos de todo o tipo
3. Passes gratuitos para os trabalhadores das autarquias
4. Construção de parques de estacionamento nas periferias para fomentar o uso intermodal
5. Aposta na reutilização de veículos
6. Oferecer serviços de transporte flexível (a pedido) para segmentos de mobilidade onde o transporte coletivo convencional é viável
7. Criação de passe social extensível a táxis coletivos (zonas menor cobertura)
8. Capacitação para o uso da bicicleta em meio urbano
9. Infraestruturas para modos ativos que oferece uma experiência interessante, fácil e segura
10. Substituir benefícios fiscais de atribuição de veículos das empresas por orçamento de mobilidade sustentável

11. Incentivo das empresas a pagar passe social (fim atribuição viatura e combustível individual)
12. Canalizar fundos que são obtidos pelo uso de parquímetros para promover uma mobilidade sustentável (ex. financiar a substituição de transportes fósseis para elétricas)
13. Criar parques de estacionamento gratuitos à entrada das cidades de forma a reduzir o uso do automóvel no centro da cidade
14. Investimento em mais carreiras de transportes públicos
15. Criar mais horários dos transportes rodoviários na periferia para dar resposta aos concelhos que mais dependem dos transportes para realizar deslocações que acabam por ficar sobrecarregados
16. Desenvolver a micrologística urbana (microbus + restrições de acesso)
17. Aumentar e renovar a frota de autocarros
18. Aumentar a oferta de transportes públicos do transporte coletivo na AML
19. Investimento na ferrovia com ligação ao interior do país
20. Financiar/gerir motivações para utilizadores de transportes suaves, por exemplo recompensas no comércio local sustentável
21. Reforçar o investimento no sistema GIRA para continuar a promover a sua expansão e manutenção adequada para dar resposta ao número de utilizadores
22. Nova campanha de incentivo à mobilidade suave
23. Fazer planeamento consistente antes de criar ciclovias num dado local (estudar densidade populacional, índice de envelhecimento, declives e aptidões cicláveis)
24. Estacionamento de bicicletas em integração com transportes coletivos e nos locais de grande procura
25. Financiar a expansão da linha verde de Telheiras até à linha azul para facilitar a interligação e dar resposta ao número de utilizadores da periferia
26. Ferrovia metropolitana 24h/Dia
27. Avaliação de projetos pelo seu mérito próprio
28. Reforçar as travessias do Tejo (auto estrada fluvial)
29. Polícia de trânsito para fiscalizar o uso de bicicletas e trotinetes
30. Criação de circuitos pedonais acessíveis para mobilidade reduzida
31. Criação de espaços com sombreamento para percursos pedonais dentro da zona urbana;
32. Criação de novos projetos de disponibilização de bicicletas, trotinetas, e partilha de carros elétricos.
33. Concluir uma oferta de transporte pesado de ligação entre Alcântara e Amadora e entre a linha CP de Cascais e a Linha de Sintra no eixo de Taguspark / S. Marcos
34. Incentivos ao abate de veículos em fim de vida.
35. Apoio à aquisição de meios de transporte sustentáveis e complementaridade com meios suaves de transporte.
36. Plataformas de gestão/informação para planeamento de mobilidade sustentável.
37. Equipar o Porto de Lisboa com tecnologia que permita abastecimento elétrico dos grandes paquetes
38. Criação de um centro de micrologística na cidade de Lisboa

5. Missão 5 - Energia Verde para todos

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM? Como deseja que seja em 2030?

1. Menos dependência de energias fósseis (3)
2. Criação de comunidades de energia (6)
3. Aproveitamento da zona costeira para produção de energia
4. Mais energia de baixo carbono com maior ligação à Europa e às redes locais
5. O País encontra-se numa trajetória de maior independência energética com base em fontes de energia renovável, mas sem colocar em perigo as áreas com mais valores de conservação da natureza
6. Aproveitamento dos recursos naturais como forma maioritária de produção energética, principalmente a energia solar, eólica e das marés. (3)
7. Que cada concelho ou região produza primariamente para o seu consumo e o remanescente seja distribuído a nível Nacional.
8. Energia produzida através de fontes renováveis acessível
9. Promover mais o aproveitamento da energia solar e eólica
10. Edifícios públicos com energias renováveis (3)

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Investimento individual em energias renováveis e uso de energia elétrica em alternativa aos combustíveis
2. Adoção da iluminação pública em LED
3. Fraca aposta no hidrogénio e biocombustíveis
4. Instalação de postos públicos de carregamento de veículos elétricos
5. Instalação de painéis solares em edifícios públicos
6. Porto de Lisboa com equipamento para abastecimento de energia elétrica
7. Falta de investimento em eficiência energética e na reabilitação urbana
8. Fraca disponibilização de energia verde
9. Custos energéticos elevados e lacuna no aproveitamento solar fotovoltaico (4)

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Dominância de construção (mesmo recente) com baixa eficiência energética
2. Falta de incentivos e fiscalização de cumprimento de metas
3. Os elevados custos das tecnologias mais limpas (3)
4. Falta de incentivos para o abate de veículos a combustível fóssil
5. deixamos que nos roubassem a REN e EDP
6. demasiada burocracia (4)
7. falta de consenso político

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Continuação do financiamento da instalação de equipamentos de produção de energia de fontes renováveis, obras de eficiência energética e reabilitação urbana
2. Forte exigência sobre a qualidade da reabilitação urbana (5)
3. Implementação de equipamento de produção de energia renováveis
4. Incentivos para aquisição de veículos elétricos
5. Aumento do incentivo para trocar portas e janelas das habitações existentes
6. Incentivo à criação de comunidades energéticas
7. privilegiar arquiteturas de edifícios que contribuam para menores consumos (3)
8. redução do IVA da iluminação pública de 23% para 6% com afetação da diferença para investimento público em eficiência energética

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Incentivos para aquisição de veículos elétricos
2. Aumento do incentivo para trocar portas e janelas das habitações existentes, incentivo à criação de comunidades energéticas
3. Projetos de investimento público em reabilitação urbana, com oferta de habitação a preços controlados
4. Formação de arquitetos e engenheiros em arquitetura bioclimática e eficiência energética
5. Incentivos para implementação de energia alternativas, melhor isolamento e transportes limpos
6. Investimento em sistemas waste to energy (5)
7. Incentivos aos senhorios que melhorem a eficiência energética das suas propriedades (2)
8. Produção de biocombustíveis através de águas residuais (2)
9. Rede de elétricos mais vasta
10. Eólica offshore (2)
11. Microgeração de energia com turbinas nas condutas de água
12. Apoiar CER (7)
13. Aposta na microgeração agro voltaica
14. Linha de apoio na AML para microgeração e autoconsumo (2)

6. Missão 6 - Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas

Futuro

Na sua opinião, qual o futuro desejado para a Missão na sua CIM? Como deseja que seja em 2030?

1. Conforto térmico no espaço público (controlar variações da temperatura)
2. Mais zonas de ensombramento e de regulação térmica para a população
3. Atingir-se a neutralidade carbónica
4. Dar formação em gestão e manutenção de arvoredo urbano
5. Edificado preparado para manter conforto perante temperaturas extremas
6. Prevalência, em áreas urbanas, de espécies autóctones e resilientes (não selecionar espécies por critérios meramente estéticos como relva)
7. Coordenação entre entidades, desde a escola nacional à escala local

8. Capacitação dos utilizadores de modos ativos (pé e bicicleta) para a adaptação às condições meteorológicas adversas
9. Planos de contingência para fenómenos extremos que envolvam a capacitação da comunidade, ex. simulacros
10. Adaptação dos transportes a eventos extremos (resiliência do sistema de mobilidade)
11. Existência de um sistema operacional para reforço da resiliência a nível local das alterações climáticas
12. Maior literacia sobre serviços dos ecossistemas e visão integrada e sistemática dos vários desafios (alterações climáticas, oceanos, biodiversidade)
13. Criação de um sistema que considera os ODS
14. Agregar com a Lei do Clima, o programa, planos, iniciativas e ações alinhadas com a ENAAC (Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas) e o PNPTOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território)
15. Que todos os riscos que já foram identificados no PMAAC estejam já com medidas mitigadoras e que se consiga ter mecanismos de resposta por exemplo para cheias ou ondas de calor
16. Adequação de planos e meios de emergência e contingência (seca e demais eventos naturais)
17. Integração dos Planos com outros instrumentos de gestão para concretização efetiva das medidas
18. Implementação dos planos municipais de ação climática e implementar até 2030 as ações prioritárias em curso no sentido de adaptação: reduzir riscos e vulnerabilidade e adaptar o território de forma a torná-lo resiliente e seguro
19. Capacidade técnica e financeira para executar os diferentes PAAC (Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas)
20. Estudar a afetação dos valores naturais (habitats e espécies) pelas alterações climáticas e monitorizar a situação
21. AML informada e protegida e com capacidade de resposta na mitigação de impactos climáticos
22. Promover função do solo como sumidouro de carbono (podas agrícolas e urbanas trituradas e devolvidas ao solo)
23. Promover a criação de um sistema articulado entre os diferentes níveis de governação
24. Criação de infraestrutura para se fazer contabilidade carbono e posterior definição de ação, apoiando as PMEs nesta transição
25. Consequências menos graves dos episódios de cheias e inundações fluviais e costeiras e de incêndios rurais
26. Garantias de segurança e capacidade de adaptação das atividades económicas às Alterações Climáticas

Presente

Na sua opinião, quais são as tendências (positivas e negativas) ao qual é necessário dar resposta no contexto da Missão na sua CIM?

1. Conjugação sinérgica que promove a adaptação, mas também a mitigação
2. Adaptação às alterações climáticas ocupam uma posição cada vez mais relevante no seio das preocupações das entidades e dos cidadãos
3. Dificuldade em alterar comportamentos individuais e coletivos
4. Reconhecimento da necessidade de manter os territórios seguros e resilientes

5. Falta de diretrizes para homogeneizar os documentos dos diferentes instrumentos previstos: PAAC, roteiros de descarbonização, planos de mitigação
6. Ocorrência de eventos climáticos com impactos negativos relevantes na AML
7. Outros riscos climáticos como vetores portadores de doenças tropicais
8. Existência de conhecimento sobre cenários climáticos e vulnerabilidades e existência de PAACs
9. Várias ações dos planos executadas e outras em execução
10. Elaboração do PAAC em curso
11. Impacte do desenvolvimento da sociedade civil com projetos paralelos
12. Falta de articulação entre os diversos departamentos/organizações da CM para otimizar a implementação
13. Os instrumentos de planeamento vão sendo atualizados com melhor informação técnico-científica e mais atualizada (ex: ordenamento da orla costeira, planos de riscos de inundação)
14. Os projetos de infraestruturas, urbanização e construção continuam a ser aprovados sem respeito pelos resultados da avaliação de risco, e o Estado continua a pagar prejuízos evitáveis
15. Falta de disponibilização de meios de atuação em situação de emergência ou contingência
16. Implementar mais espaços verdes dentro da cidade para diminuir a temperatura dentro da cidade

Passado

Que decisões do passado dificultam a mudança para a sua visão de futuro para a Missão na sua CIM?

1. Morosidade na revisão do PDM com relação à integração das medidas de adaptação às alterações climáticas
2. Adiamento de soluções pouco populares, mas necessárias
3. Proibiu-se impermeabilização leitos de cheia
4. Não preservação da RAN/REN e falta de gestão efetiva da Rede NATURA
5. Incapacidade de mitigar as alterações climáticas e de planear o território de acordo com os seus impactes
6. Dificuldade em passar/transformar informação científica em informação para o público
7. Dificuldade em comunicar o que são as alterações climáticas
8. Falta de planeamento de estruturas já implementadas, em leitos de cheias, ou mal dimensionadas
9. A ocupação de áreas muito perigosas com infraestruturas e edifícios públicos ou com financiamento público descredibiliza qualquer política do clima nesta região.
10. Falta de planeamento e planos de atuação
11. A construção sem regras urbanísticas que dificulta o controlo da temperatura tendencialmente mais elevada na cidade

Propostas de prioridades regionais

Indique, prioridades específicas para a Missão na sua CIM.

1. Dotar todos os municípios de planos locais de adaptação às alterações climáticas
2. Criar bacias de retenção hídrica
3. Penalizar autarcas que desanexem REN, RAN e valores naturais classificados

4. Quantificar perdas de biodiversidade e serviços de ecossistema face ao PIB da AML
5. Guia metodológico para elaboração dos PAAC
6. Maior restrição à construção em áreas que se projeta virem a ser afetadas pela subida do nível médio das águas do mar
7. Preparação para a seca: quer através da boa gestão/conservação dos sistemas hidrológicos quer da regulação/controlo do uso da água
8. Proteção contra o calor excessivo
9. Monitorização dos impactes de eventos extremos a pessoas e à economia
10. Curso básico de ambiente e ação climática para decisores políticos
11. Criar programa de monitorização dos valores naturais em resposta às alterações climáticas
12. Valorização dos serviços de ecossistemas da CIM e internalização das externalidades negativas
13. Utilizar o ordenamento do território como ferramenta de adaptação
14. Elaboração dos Planos Regionais de Ação Climática e articulação com os Municípios
15. Revisão e atualização da Estratégia Municipal de Adaptação às alterações climáticas em Lisboa de 2017
16. Arborizar todas as ruas urbanas da AML
17. Soluções para minimizar riscos de inundações a nível do espaço público e privado
18. Integração das medidas de adaptação nos Planos e terem força de lei
19. Promover/apoiar floresta autóctone e proibir expansão eucalipto para novas áreas
20. Promover a neutralidade climática com ações concretas
21. Implementação do sistema e dos Planos
22. Implementação sistemas de alerta para riscos climáticos a nível metropolitano
23. Maior controle e fiscalização das normas de prevenção do risco dos instrumentos de planeamento em vigor
24. Disponibilizar referências/fontes de informação e orientações para medidas concretas de adaptação necessárias no âmbito de atuação das entidades públicas e privadas

Propostas de projetos a desenvolver

Indique propostas de investimentos/projetos a financiar no âmbito do Novo Pacto Verde para a Missão na sua CIM. (Note que poderá indicar projetos já em curso que necessitam de mais investimento, bem como projetos a criar de raiz.)

1. Renaturalizar ribeiras e linhas de água
2. Renaturalização de áreas de risco na orla costeira e corredores ribeirinhos
3. Dar continuidade aos Projetos Estratégicos Metropolitanos elaborados no âmbito do PAAC - AML (a nível do financiamento)
4. Classificar como área protegida a Serra de Carnaxide e Serra da Carregueira
5. Projetos de monitorização de riscos litoral/ribeiras
6. Projetos de adaptação no âmbito de minimizar ilha de calor urbano
7. Criação de sistema de alerta da população
8. Desconstruir “mitos” catastróficos sobre alterações climáticos (dar informação de base concreta)
9. Minimização das alterações climáticas nas zonas de ameaça por cheias
10. Áreas verdes e zonas de ventilação para reduzir ondas de calor

11. Investir em projetos cujos resultados evitem perdas de vida e financeiras (foco na prevenção)
12. Aposta nas soluções de base natural
13. Alterar a ocupação dos logradouros privados para ocupações c/ NBS sempre que possível
14. Criar resiliência através do aumento da circularidade de materiais
15. Recuperar zonas ribeirinhas para adaptação ao risco de subida do nível do mar
16. Consolidar o corredor ecológico Tejo - Sado
17. Incentivo à produção de produtos alimentares sazonais em meio urbano (ex. hortas comunitárias)
18. Ter colmeias nas coberturas dos edifícios
19. Criação de abrigos; projetos de requalificação para estruturas como pontes, condutas de águas pluviais, etc..
20. Projetos de transformação da paisagem nas áreas florestais, com reestruturação fundiária e económica dos modelos de produção florestal
21. Intervenção nas áreas de risco com dominância de soluções de engenharia natural

ANEXO - Análise do estado ambiental atual da Área Metropolitana de Lisboa

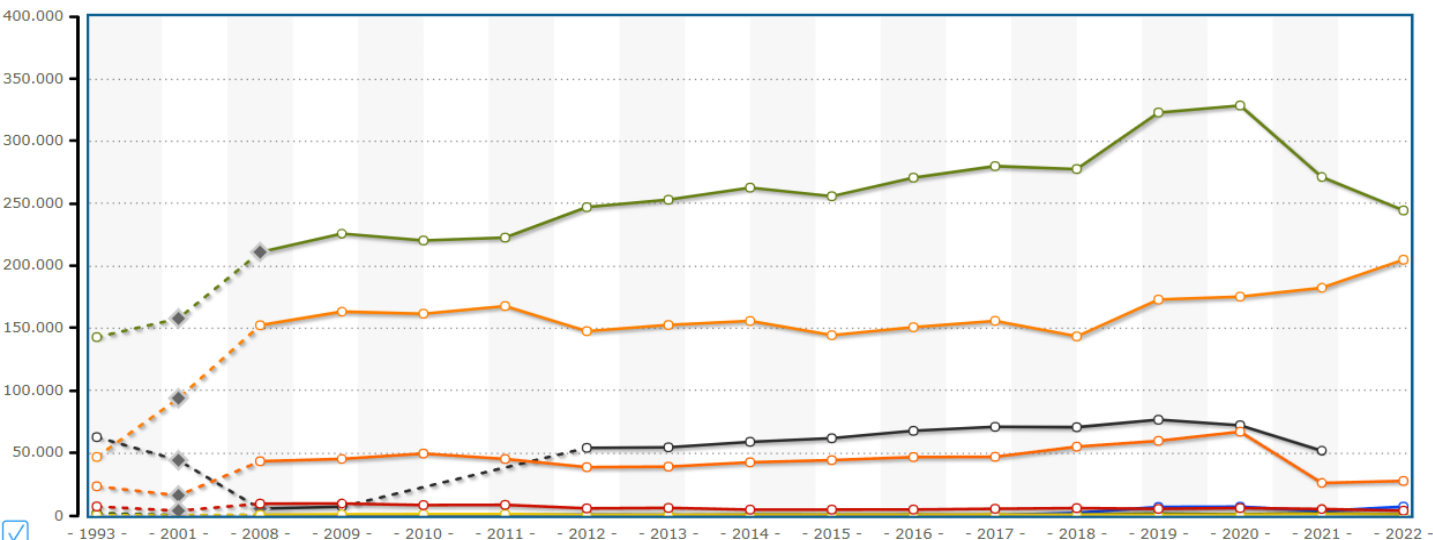
Caracterização ambiental por NUTS III

*Dados recolhidos através da plataforma PORDATA

Análise da Área Metropolitana de Lisboa

Missão 1- Qualidade de vida com a Natureza

Despesas dos municípios em ambiente: total e por domínios de gestão e proteção do ambiente
Euro - Milhares



- Total Domínio de gestão e proteção do ambiente - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Proteção da qualidade do ar e clima - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Gestão de águas residuais - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Gestão de resíduos - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Proteção contra o ruído e vibrações - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Proteção da biodiversidade e paisagem - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Outros domínios - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)

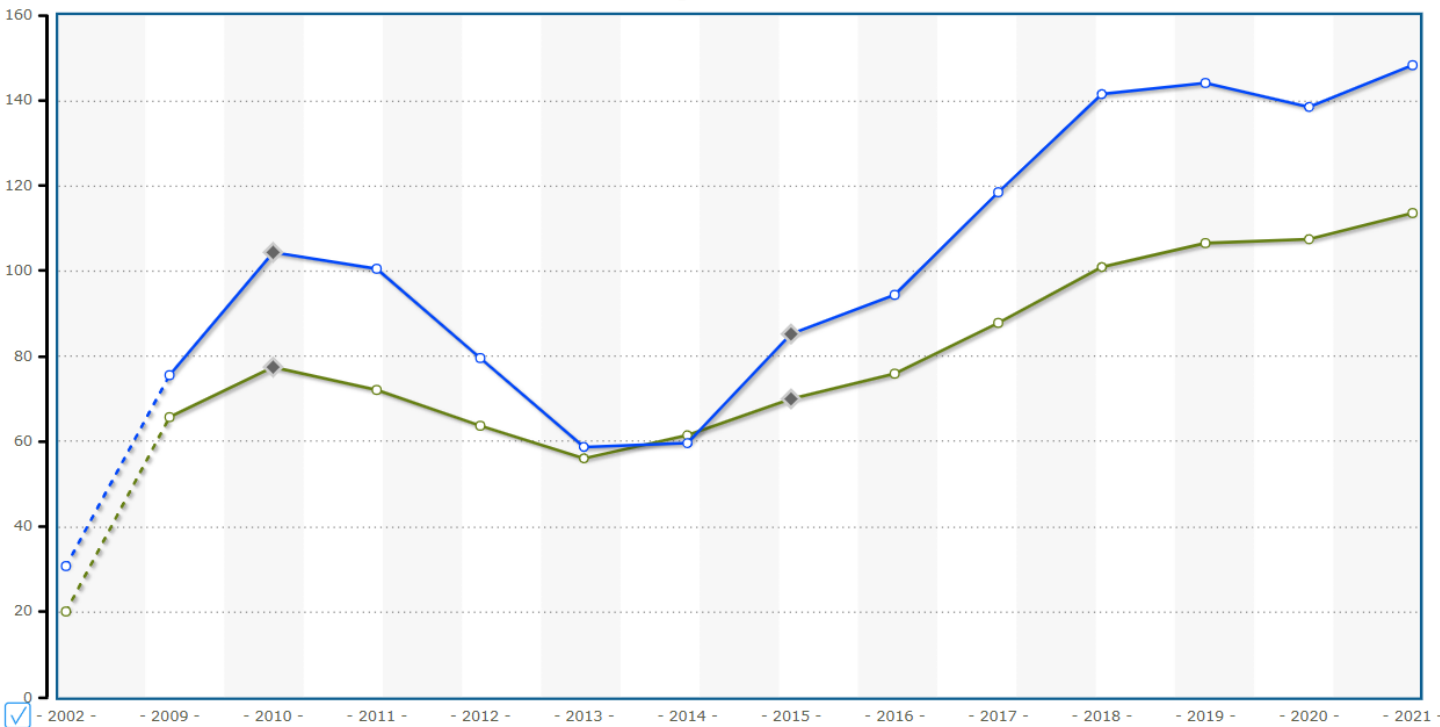
RESUMO

Tendência de aumento da despesa em gestão de resíduos

Tendência recente de diminuição da despesa na proteção da biodiversidade e paisagem

Missão 1- Qualidade de vida com a Natureza

Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante
kg/ hab. - Rácio

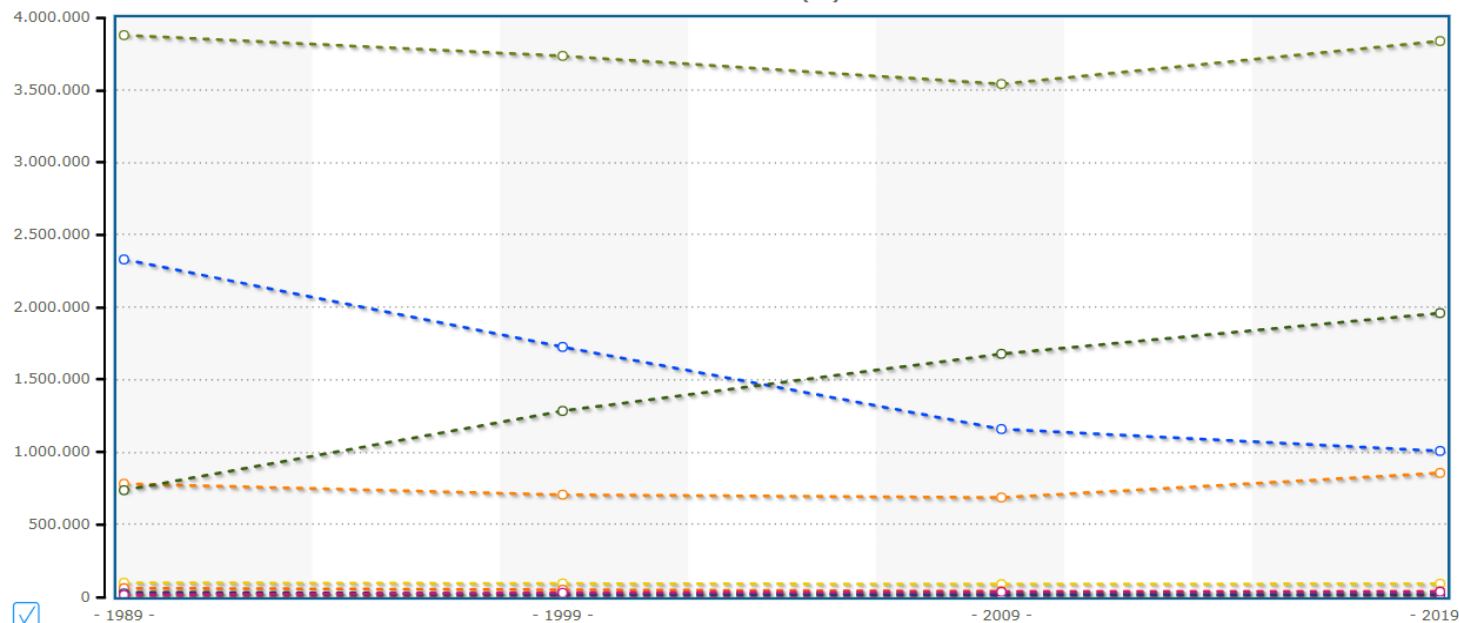


RESUMO

Aumento significativo do rácio kg/hab de resíduos recolhidos seletivamente

Missão 1- Qualidade de vida com a Natureza

Superfície agrícola utilizada segundo os Censos: total e por tipo de composição
Hectare (ha)



RESUMO

Diminuição significativa dos ha de terras aráveis

Tendência crescente no aumento dos ha de pastagens permanentes

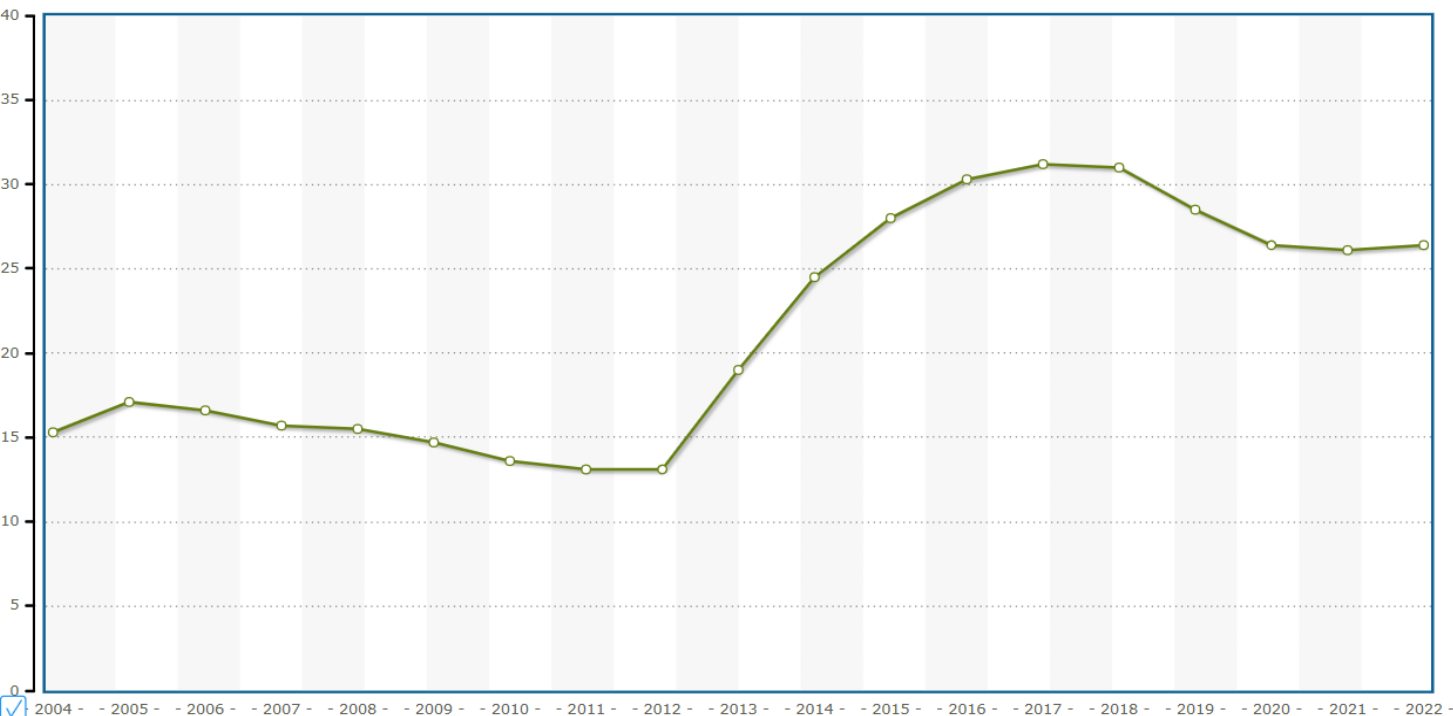
Total Composição da superfície agrícola utilizada - Continente (NUTS I)
 Total Composição da superfície agrícola utilizada - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III)

Terras aráveis - Continente (NUTS I)
 Culturas permanentes - Continente (NUTS I)
 Terras aráveis - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III)
 Culturas permanentes - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III)

Horta familiar - Continente (NUTS I)
 Pastagens permanentes - Continente (NUTS I)
 Horta familiar - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III)
 Pastagens permanentes - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III)

Missão 2-Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa

Índice de Bem-Estar
Índice



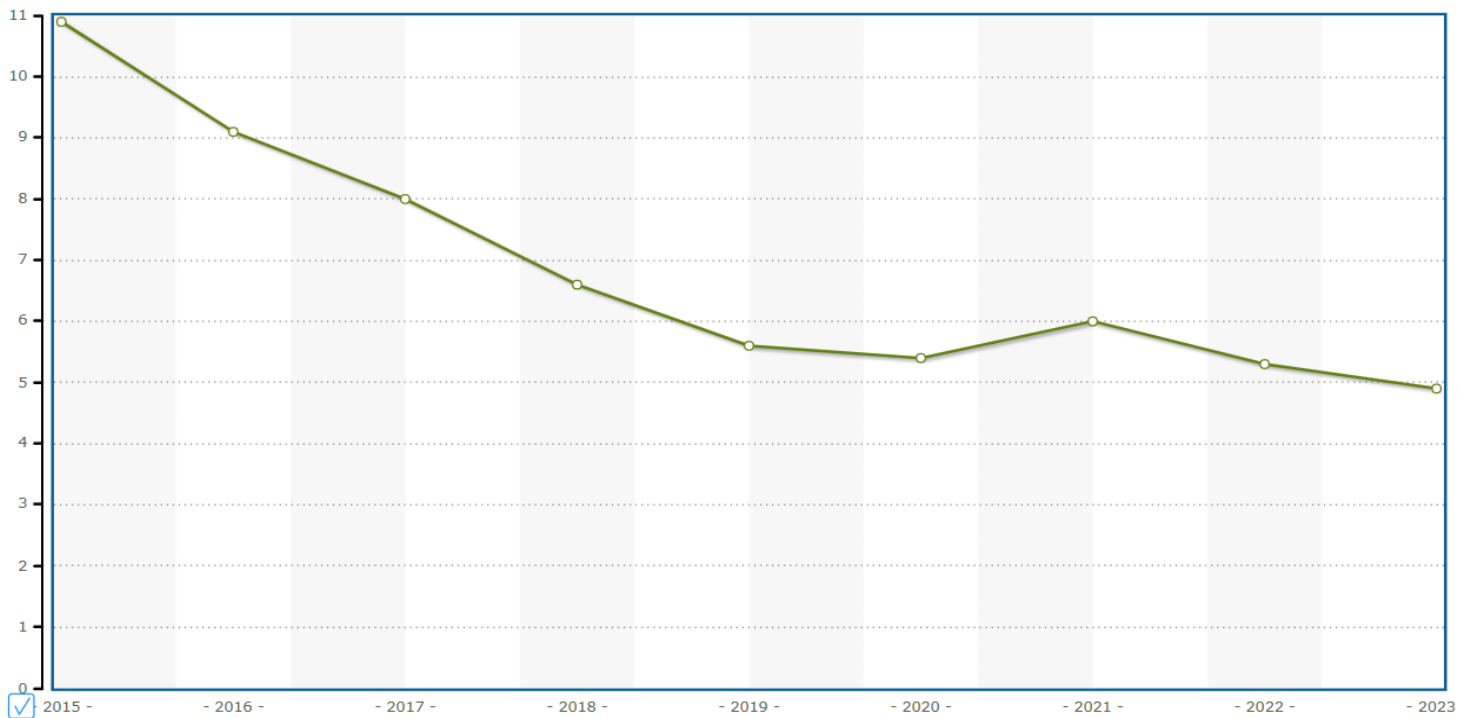
RESUMO

Indicador Nacional

Aumento significativo do índice até 2016, com tendência a diminuir e estabilizar a partir dessa data

Missão 2-Cidadãos ativos e capacitados para a transição verde e justa

Taxa de privação material e social severa
Taxa - %



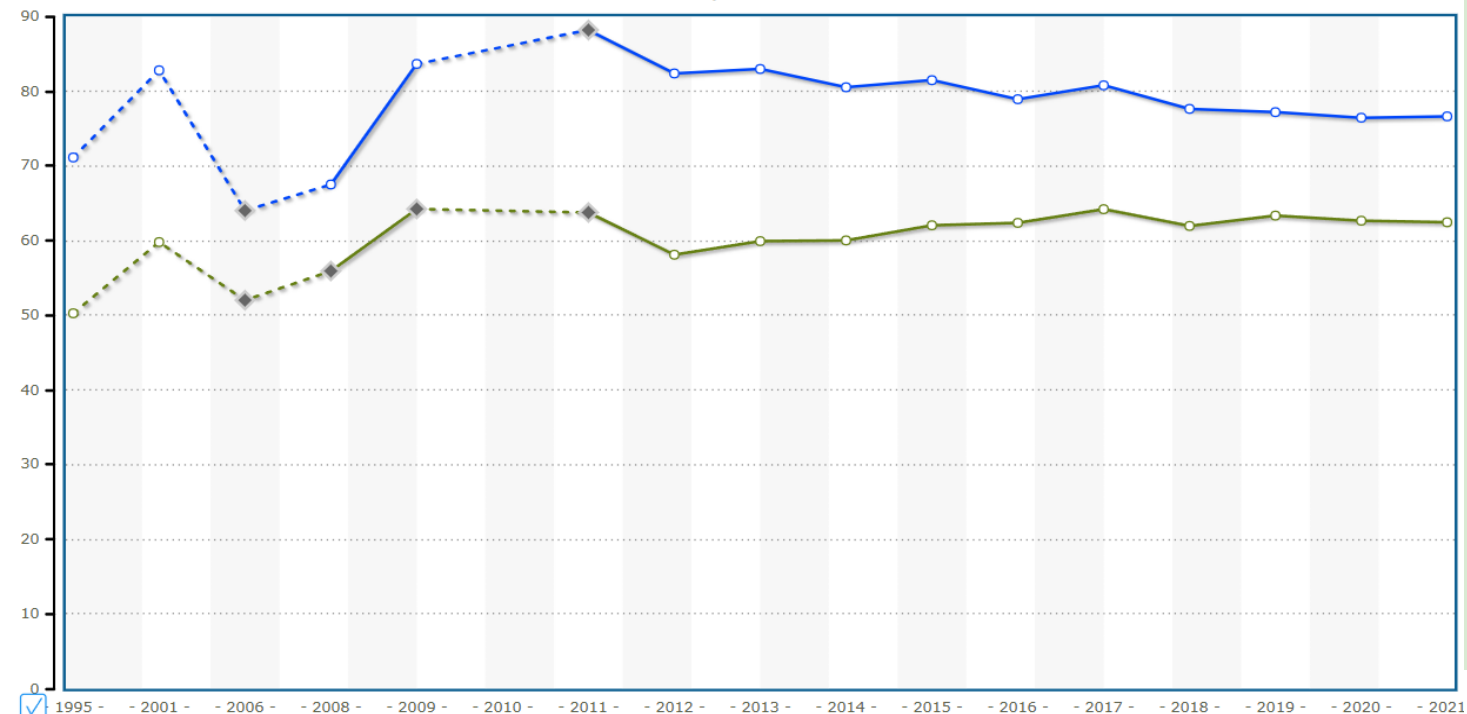
RESUMO

Indicador Nacional

Diminuição para metade da % de carência económica e social

Missão 3-Pacto para a água

Água distribuída/consumida por habitante
m³/ hab. - Rácio

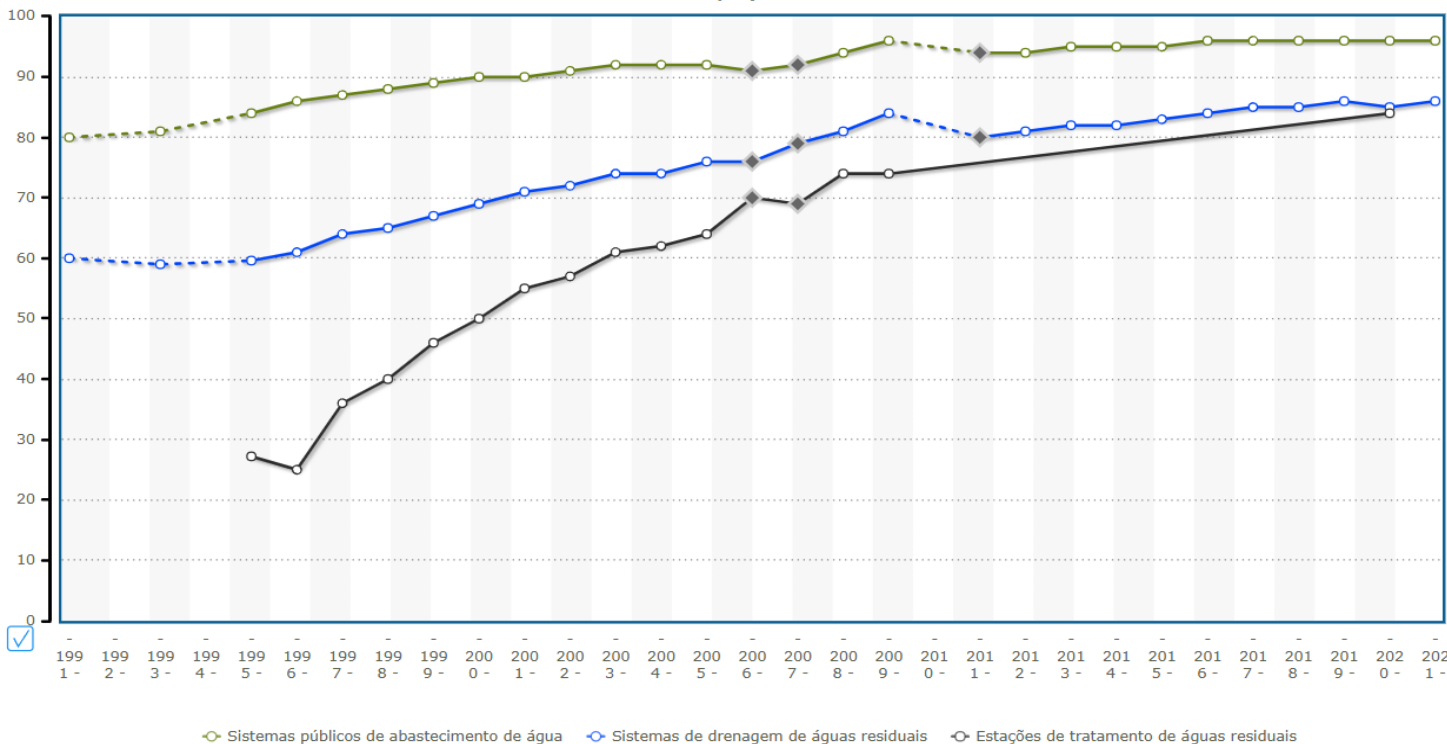


RESUMO

Tendência para diminuição e estabilização da água distribuída/consumida

Missão 3-Pacto para a água

Alojamentos servidos por sistemas públicos de abastecimento de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais (ETAR) (%)
Proporção - %



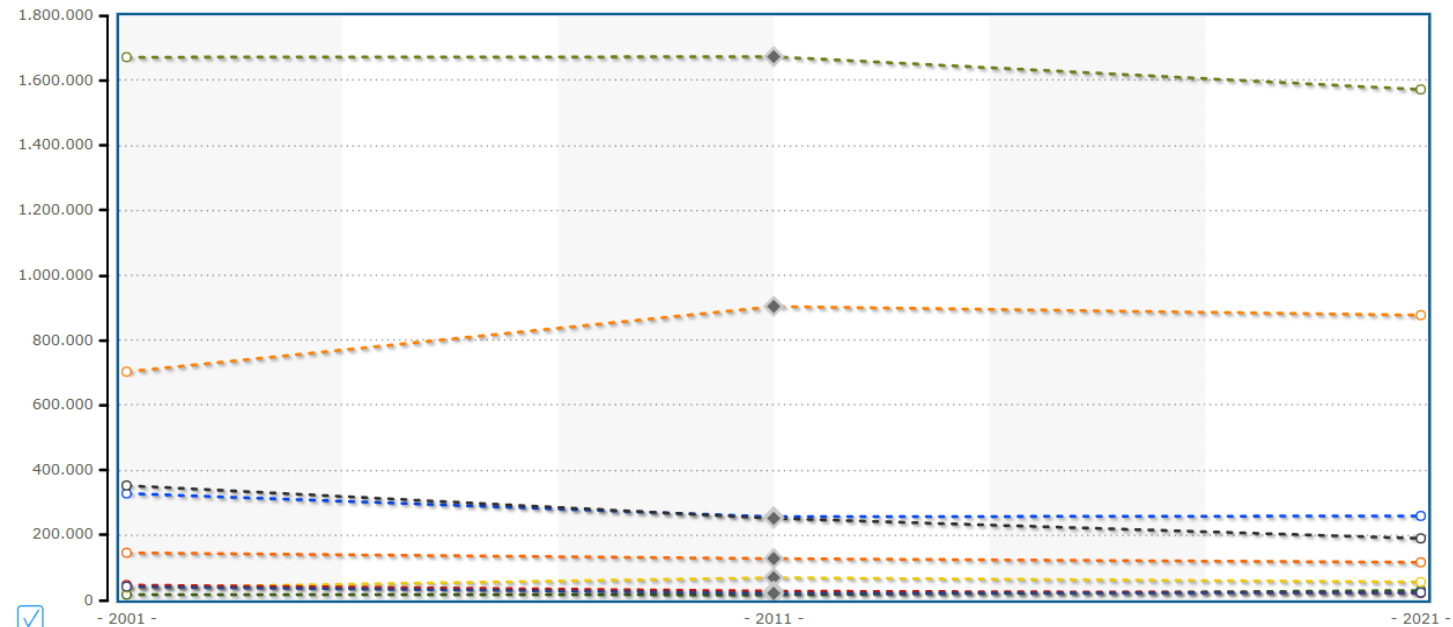
RESUMO

Indicador Nacional

Aumento generalizado nos sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem das águas residuais e na estações de tratamento

Missão 4-Mobilidade coletiva, ativa e partilhada acessível a todas as pessoas

População segundo os Censos: total e por meio de transporte utilizado
Indivíduo



RESUMO

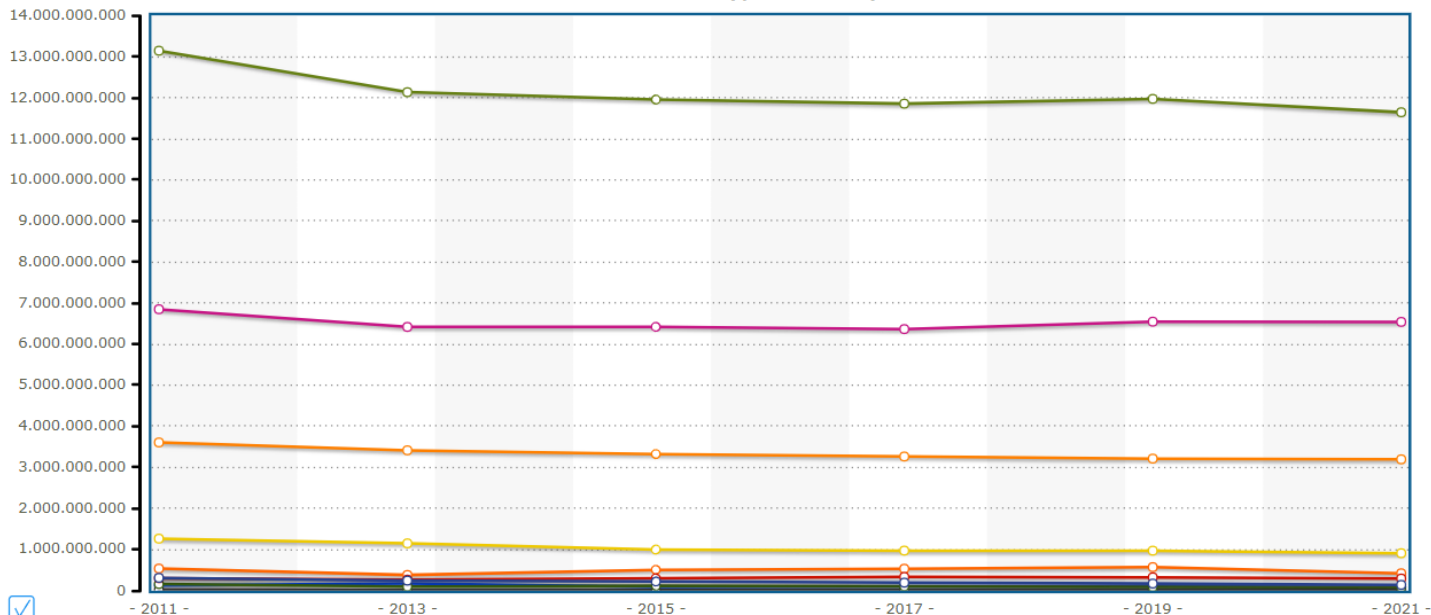
Decréscimo do uso dos transporte públicos e pedonal desde 2011

Aumento do uso de automóvel

- Total Tipo de transporte utilizado - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Autocarro - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Motociclo ou bicicleta - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Comboio - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Outros - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- A pé - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Automóvel - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Metropolitano - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)
- Transporte coletivo da empresa ou da escola - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II)

Missão 5-Energia Verde para todos

Consumo de energia elétrica: total e por setor de atividade económica
kWh (quilowatt-hora)

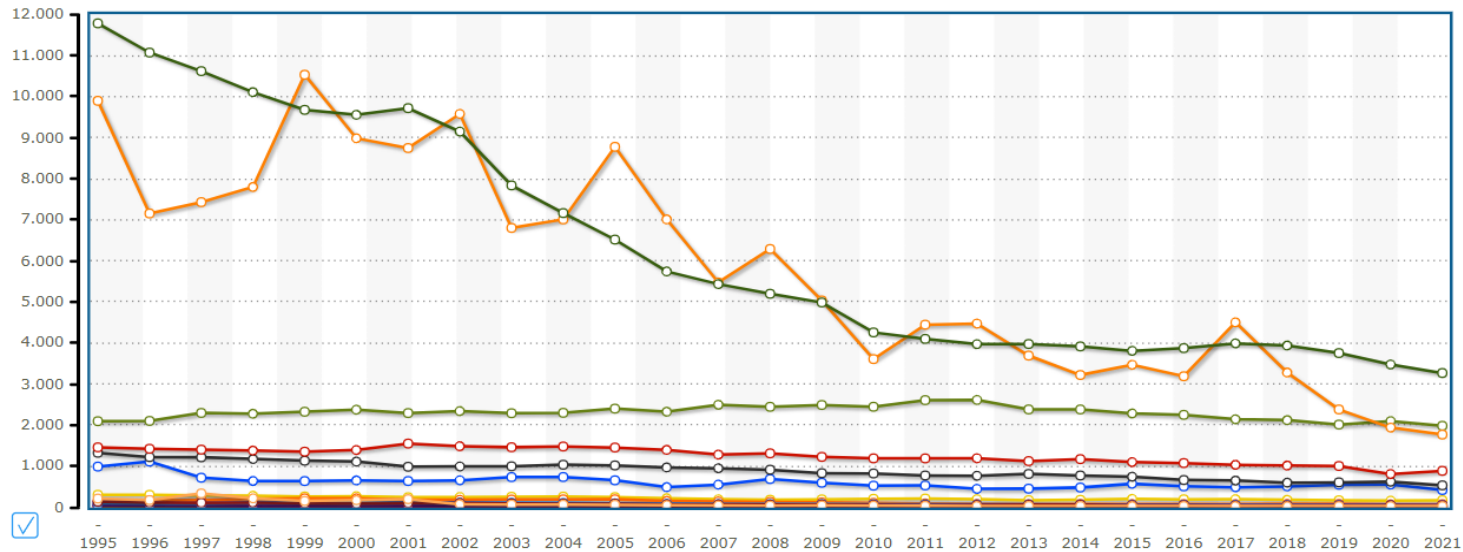


RESUMO

Estabilização do consumo de energia elétrica nos vários setores de atividade económica, destaque para outros usos

Missão 5-Energia Verde para todos

Intensidade carbónica da economia por setor de atividade
Rácio



RESUMO

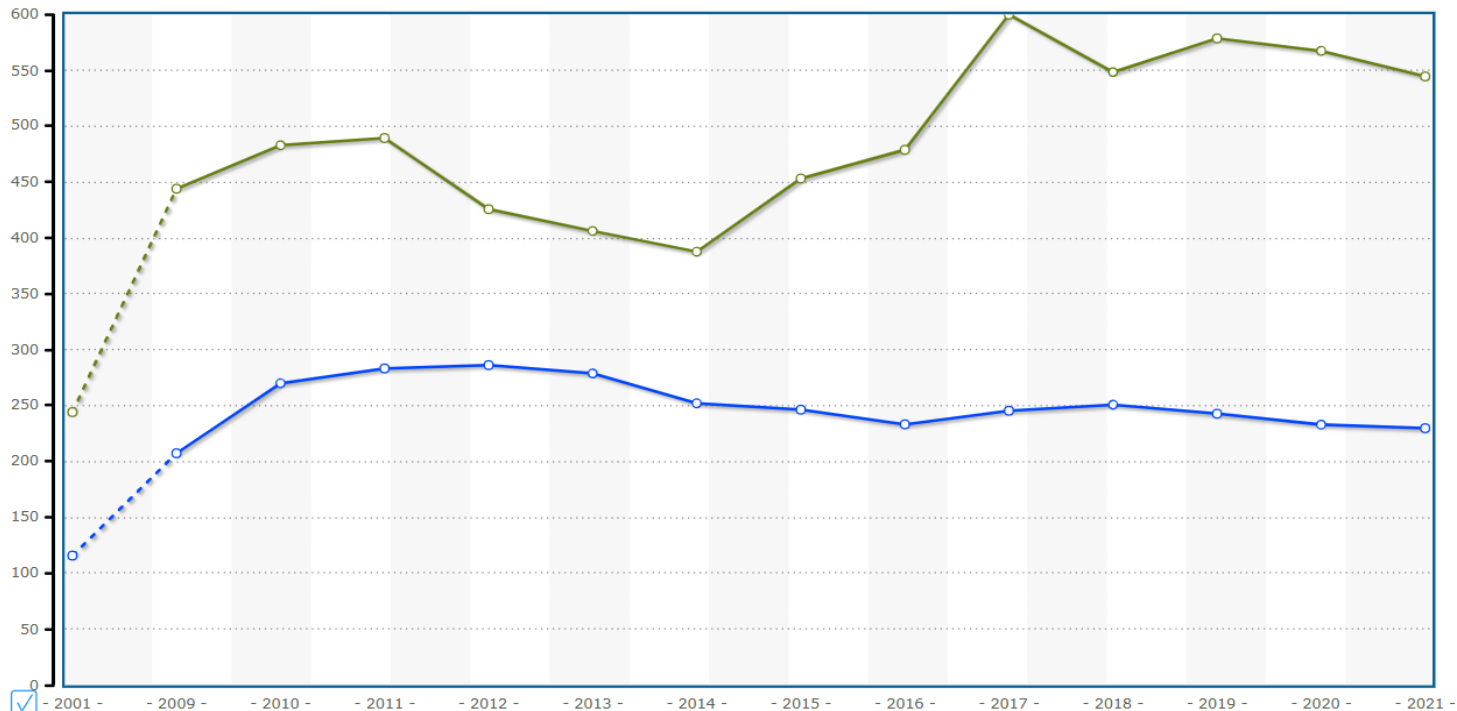
Indicador Nacional

Diminuição acentuada no setor da eletricidade, gás e na captação, tratamento e distribuição de água

- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- Indústrias extrativas
- Indústrias transformadoras
- Eletricidade, gás, vapor,...
- Construção
- Comércio por grosso e a retalho,...
- Transportes e armazenagem
- Captação, tratamento e distribuição de água...
- Alojamento, restauração e similares
- Atividades de informação e de comunicação
- Atividades financeiras e de seguros
- Atividades imobiliárias
- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- Atividades administrativas e dos serviços de apoio
- Administração Pública e Defesa, e Segurança Social obrigatória
- Atividades de saúde humana e apoio social
- Outras atividades de serviços
- Educação
- Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Missão 5-Energia Verde para todos

Consumo de gás natural por habitante
Rácio

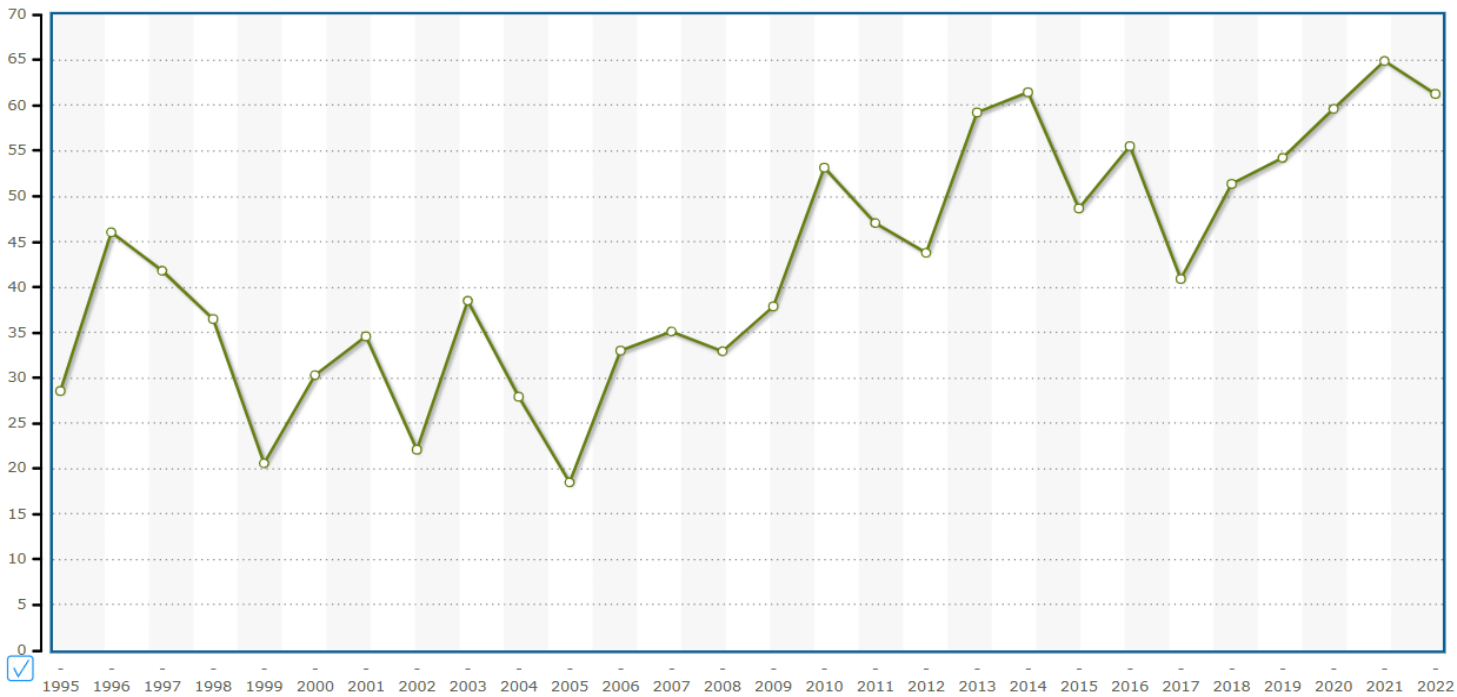


RESUMO

Enormes oscilações no consumo até chegar ao seu pico em 2017, seguido de um período de queda e estabilização

Missão 5-Energia Verde para todos

Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (%)
Proporção - %



RESUMO

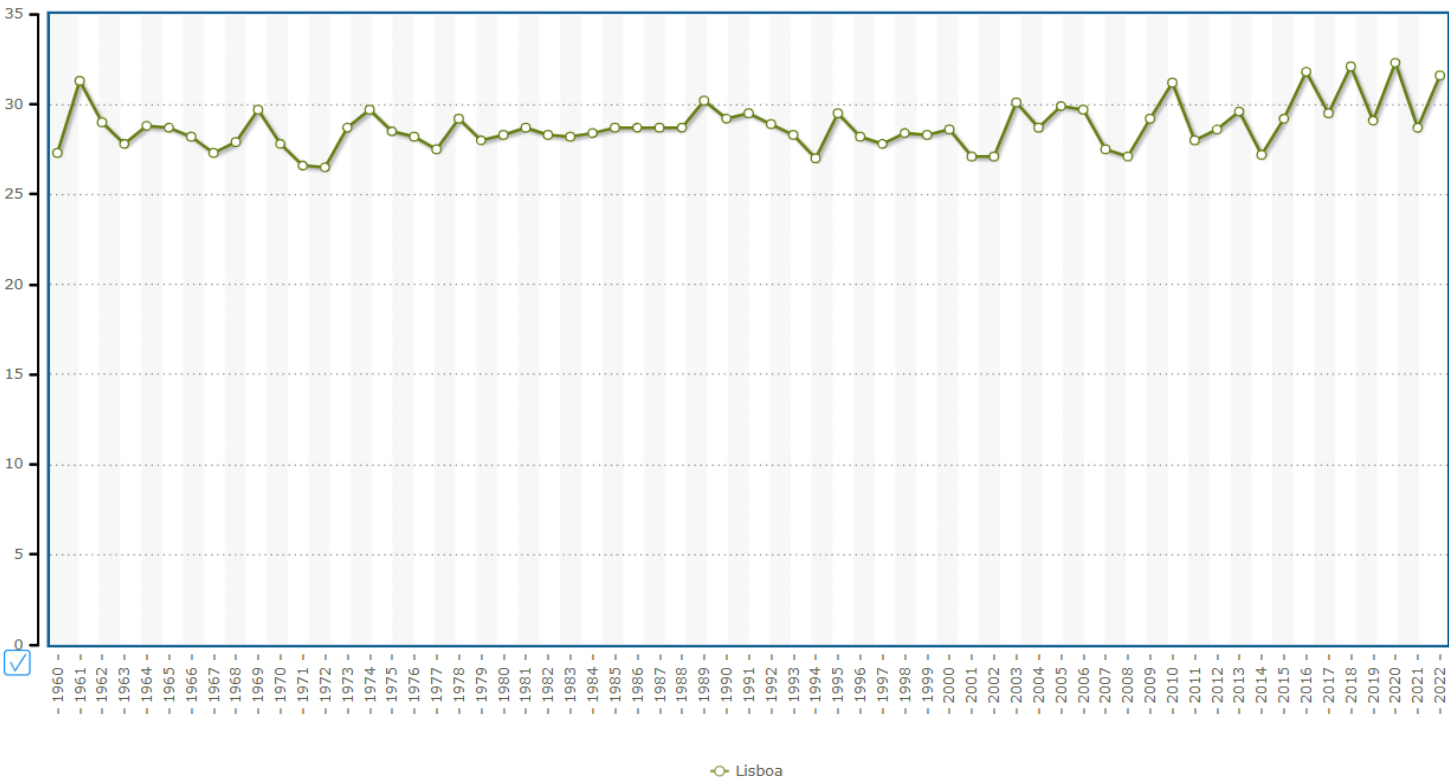
Indicador Nacional

Desde 1995 até 2017, a produção passou por períodos de aumentos e recuos

A partir de 2017 verifica-se o maior aumento de produção, com ligeira quebra entre 2021 e 2022

Missão 6-Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas

Temperatura máxima do ar no mês mais quente do ano (média mensal)
°C - Média



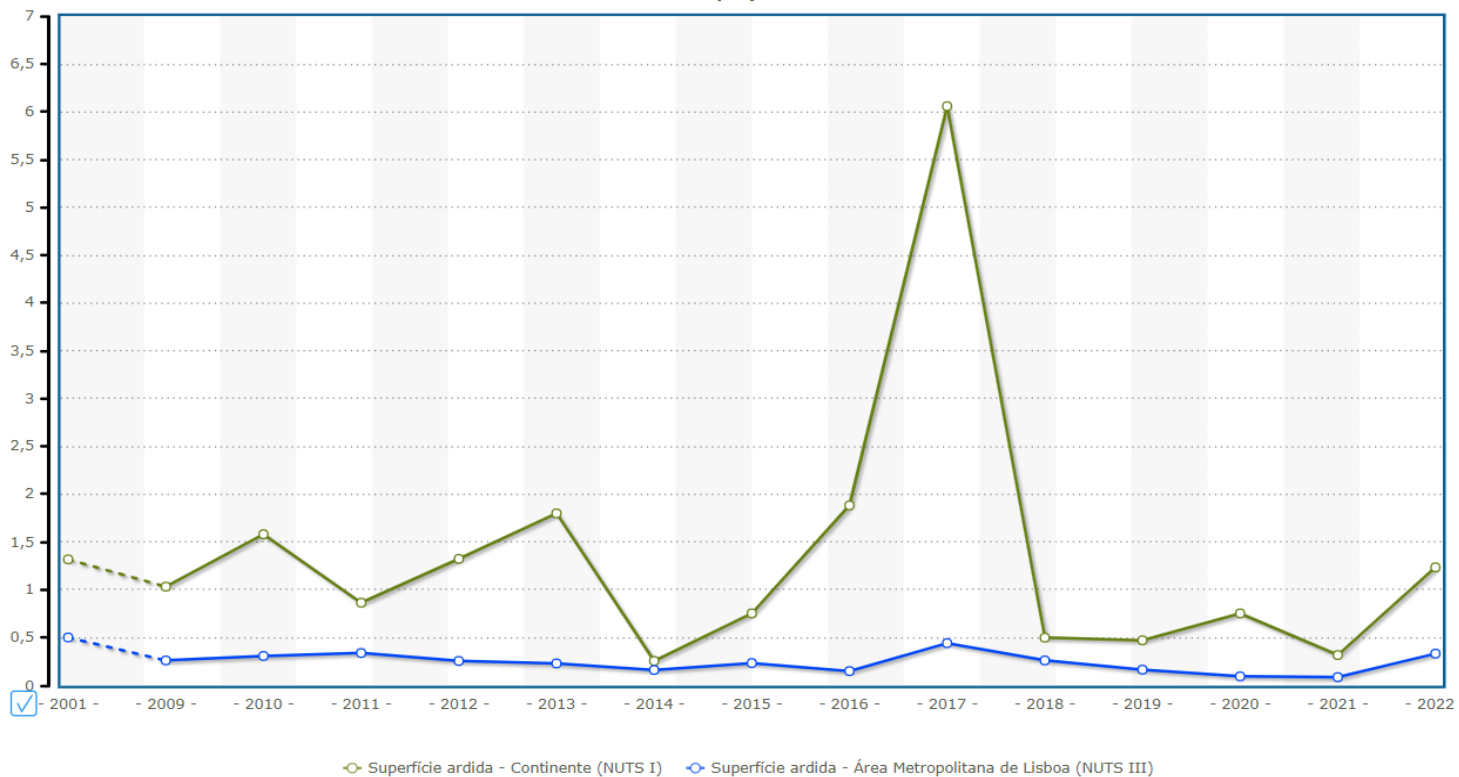
RESUMO

Temperatura média tem sofrido várias oscilações

Nos últimos anos, tem-se verificado picos na temperatura média, seguidos de diminuições

Missão 6-Pessoas e territórios seguros e adaptados às alterações climáticas

Superfície ardida (%)
Proporção - %



RESUMO

% Área ardida inferior à nacional

% área ardida baixa na AML

Tendência de ligeiro aumento a partir de 2021